

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	13.243.374	13.097.413
1.01	Ativo Circulante	2.780.120	2.852.767
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.005	96.665
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.005	96.665
1.01.02	Aplicações Financeiras	99.012	97.925
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	99.012	97.925
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	99.012	97.925
1.01.03	Contas a Receber	1.854.461	1.857.635
1.01.03.01	Clientes	1.854.461	1.857.635
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.717.029	2.684.472
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-862.568	-826.837
1.01.06	Tributos a Recuperar	498.556	562.276
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	498.556	562.276
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	36.783	23.991
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	461.773	538.285
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	288.086	238.266
1.01.08.03	Outros	288.086	238.266
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	58.692	61.164
1.01.08.03.03	Outros créditos	152.535	110.207
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	73.789	37.911
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	0	28.984
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	3.070	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.463.254	10.244.646
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.182.684	7.879.420
1.02.01.04	Contas a Receber	227.983	212.609
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	227.983	212.609
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.954.701	7.666.811
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	53.538	51.220
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	20.222	19.715
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	11.849	12.755
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	6.339.746	6.113.012
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	105.044	112.608
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	74.791	84.843
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.349.511	1.272.658
1.02.03	Imobilizado	90.977	88.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.092	56.688
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	22.643	23.855
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	30.449	32.833
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	37.885	31.530
1.02.04	Intangível	2.189.593	2.277.008
1.02.04.01	Intangíveis	2.189.593	2.277.008
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.913.389	1.983.250
1.02.04.01.02	Software	276.100	293.654
1.02.04.01.03	Bens de Renda	104	104

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	13.243.374	13.097.413
2.01	Passivo Circulante	5.820.649	5.112.763
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	60.953	42.973
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	60.953	42.973
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	60.953	42.973
2.01.02	Fornecedores	1.124.355	1.268.390
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.124.355	1.268.390
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	903.631	1.059.176
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	10.926	17.687
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	209.798	191.527
2.01.03	Obrigações Fiscais	178.771	194.164
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.717	43.865
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	35.717	43.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	139.344	146.494
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	139.344	146.494
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.710	3.805
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3.710	3.805
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.575.426	2.756.001
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.047.423	844.378
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.518.375	477.715
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	529.048	366.663
2.01.04.02	Debêntures	1.528.003	1.911.623
2.01.04.02.01	Debêntures	1.528.003	1.911.623
2.01.05	Outras Obrigações	880.028	850.119
2.01.05.02	Outros	880.028	850.119
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	200.429	350.209
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	93.296	93.296
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	63.219	91.629
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	879	876
2.01.05.02.10	Outras obrigações	234.396	222.543
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	80.396	84.296
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	6.578	7.270
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	200.835	0
2.01.06	Provisões	1.116	1.116
2.01.06.02	Outras Provisões	1.116	1.116
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.116	1.116
2.02	Passivo Não Circulante	3.101.894	3.793.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.319.947	3.099.480
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	497.528	1.268.800
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	153.134	664.928
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	344.394	603.872
2.02.01.02	Debêntures	1.822.419	1.830.680
2.02.01.02.01	Debêntures	1.822.419	1.830.680
2.02.02	Outras Obrigações	452.923	407.946
2.02.02.02	Outros	452.923	407.946

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	1.193	1.349
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	111.177	110.146
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	66.555	57.300
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	150.024	109.098
2.02.02.02.08	Outras obrigações	1.148	952
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	26.450	38.538
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	67.928	60.759
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	28.448	29.804
2.02.03	Tributos Diferidos	66.204	37.212
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.204	37.212
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos	66.204	37.212
2.02.04	Provisões	262.820	248.865
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	262.820	248.865
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	50.820	45.095
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	176.719	168.732
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	35.281	35.038
2.03	Patrimônio Líquido	4.320.831	4.191.147
2.03.01	Capital Social Realizado	1.282.347	1.282.347
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.282.347	1.282.347
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.556.409	2.556.409
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.062.774	1.062.774
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.444.790	1.444.790
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	127.078	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.674	-6.280
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-3.674	-6.280

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.934.280	2.229.007
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.482.946	-1.829.047
3.03	Resultado Bruto	451.334	399.960
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.847	-89.758
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.191	-1.364
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.199	-49.704
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-57.733	-55.501
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.276	16.811
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	375.487	310.202
3.06	Resultado Financeiro	-199.400	-190.140
3.06.01	Receitas Financeiras	80.100	88.066
3.06.02	Despesas Financeiras	-279.500	-278.206
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	176.087	120.062
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-49.009	-40.946
3.08.01	Corrente	-20.452	0
3.08.02	Diferido	-28.557	-40.946
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	127.078	79.116
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	127.078	79.116
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,6322	1,0162
3.99.01.02	PNA	1,7301	1,0772
3.99.01.03	PNB	1,7954	1,1178
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,6322	1,0162
3.99.02.02	PNA	1,7301	1,0772
3.99.02.03	PNB	1,7954	1,1178

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	127.078	79.117
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.606	-10.710
4.02.03	Ganho(perda) com instrumentos financeiros	3.948	-16.228
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros	-1.342	5.518
4.03	Resultado Abrangente do Período	129.684	68.407

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	236.456	-160.670
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	483.419	221.113
6.01.01.01	Lucro líquido do período	127.078	79.117
6.01.01.02	Marcação a mercado da dívida	-3.150	-6.895
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	52.125	50.069
6.01.01.04	Depreciação e amortização	154.855	128.929
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	183.619	-47.082
6.01.01.06	Valor residual de ativo intangível	1.443	15
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	29.463	40.947
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	13.036	8.578
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	2.922	2.421
6.01.01.12	Ativos e passivos financeiros setoriais	-1.345	2.301
6.01.01.13	Marcação a mercado de ativo indenizável	-93.261	-115.550
6.01.01.16	Perda de recebíveis de clientes	5.608	5.432
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	11.026	72.831
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.601	-174.851
6.01.02.01	Consumidores	-69.933	-42.341
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	30.329	-80.454
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-35.878	-28.554
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social	-12.792	-87.680
6.01.02.05	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-142.611	-6.162
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	241.761	-37.605
6.01.02.07	Outros tributos compensáveis	84.076	147.447
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-2.318	-841
6.01.02.09	Outros créditos	-39.856	3.153
6.01.02.10	Fornecedores	-144.035	-14.023
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	17.980	-1.829
6.01.02.13	Encargos setoriais	4.212	21.163
6.01.02.18	Outras obrigações	12.049	16.897
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social	27.964	0
6.01.02.20	Outras obrigações fiscais	-15.549	-64.022
6.01.03	Outros	-202.362	-206.932
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-28.871	0
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-138.381	-96.101
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-9.260	-6.543
6.01.03.04	Recebimento de juros de instrumento derivativo	-22.647	-101.205
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-1.315	-1.267
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-1.888	-1.816
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-283.558	-439.962
6.02.01	Adições para ativo contratual e imobilizado	-281.964	-438.746
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-1.087	-1.782
6.02.04	Cauções e depósitos	-507	566
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.559	500.059
6.03.01	Captção de empréstimos e financiamentos	542.064	1.559.344



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-531.642	-1.076.265
6.03.03	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-2.034	-4.234
6.03.05	Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-17.947	21.214
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-56.661	-100.573
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.665	182.558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.004	81.985

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.282.347	358.671	2.556.409	0	-6.280	4.191.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.282.347	358.671	2.556.409	0	-6.280	4.191.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.078	2.606	129.684
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.078	0	127.078
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.606	2.606
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.948	3.948
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.342	-1.342
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.282.347	358.671	2.556.409	127.078	-3.674	4.320.831

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.117	-10.710	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	79.117	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.710	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-16.228	0
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.518	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.347	358.671	2.526.721	79.117	-24.547	3.956.902

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
7.01	Receitas	2.733.224	2.927.247
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.490.486	2.526.973
7.01.02	Outras Receitas	19.374	17.024
7.01.02.02	Outras receitas	19.374	17.024
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	275.489	433.319
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-52.125	-50.069
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.413.834	-1.806.156
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.369.597	-1.756.824
7.02.04	Outros	-44.237	-49.332
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-44.237	-49.332
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.319.390	1.121.091
7.04	Retenções	-154.854	-128.930
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-154.854	-128.930
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.164.536	992.161
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	80.103	146.366
7.06.02	Receitas Financeiras	80.103	146.366
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.244.639	1.138.527
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.244.639	1.138.527
7.08.01	Pessoal	66.838	53.767
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.269	33.202
7.08.01.02	Benefícios	12.534	8.058
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.727	2.456
7.08.01.04	Outros	10.308	10.051
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	3.159	2.680
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	2.047	2.205
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	5.102	5.166
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	769.114	663.851
7.08.02.01	Federais	340.538	289.592
7.08.02.02	Estaduais	425.899	371.466
7.08.02.03	Municipais	2.677	2.793
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	281.609	341.792
7.08.03.01	Juros	49.912	59.069
7.08.03.02	Aluguéis	2.109	277.437
7.08.03.03	Outras	229.588	5.286
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	127.078	79.117
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.078	79.117

# Divulgação de Resultados



## Comentário do Desempenho

**Fortaleza, 29 de abril de 2024** – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre de 2024 (“1T24”).

### DESTAQUES

#### DESTAQUES DO PERÍODO

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	2.765.975	2.960.292	-6,6%	2.994.911	-7,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.934.280	2.229.007	-13,2%	2.149.037	-10,0%
EBITDA (2) (R\$ mil)	522.129	431.175	21,1%	394.576	32,3%
Margem EBITDA (%)	26,99%	19,34%	7,65 p.p	18,36%	8,63 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	31,48%	24,01%	7,47 p.p	21,06%	10,42 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	375.487	310.202	21,0%	255.496	47,0%
Margem EBIT (%)	19,41%	13,92%	5,49 p.p	11,89%	7,52 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	127.078	79.117	60,6%	28.553	>100,0%
Margem Líquida	6,57%	3,55%	3,02 p.p	1,33%	5,24 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	7,66%	4,41%	3,25 p.p	1,52%	6,14 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.393	3.092	9,7%	3.466	-2,1%
CAPEX (R\$ mil)*	328.106	490.425	-33,1%	416.761	-21,3%
DEC (12 meses)*	10,12	9,56	5,9%	9,76	3,7%
FEC (12 meses)*	3,97	4,02	-1,2%	3,90	1,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,62%	98,60%	-0,98 p.p	97,39%	0,23 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	17,44%	16,32%	1,12 p.p	17,32%	0,12 p.p
PMSO (4) / Consumidor*	73,45	82,58	-11,1%	86,00	-14,6%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

### PERFIL CORPORATIVO

#### Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,2 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 8,8 milhões de habitantes\*.

#### DADOS GERAIS\*\*

	1T24	1T23	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	157.716	155.479	1,4%
Linhas de Transmissão (Km)	5.606	5.605	0,0%
Subestações (Unid.)	127	126	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	13.342	12.590	6,0%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	4,89%	4,73%	0,16 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,48%	2,47%	0,01 p.p

(1) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



\* Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

\*\* Dados prévios referente ao 1T24.

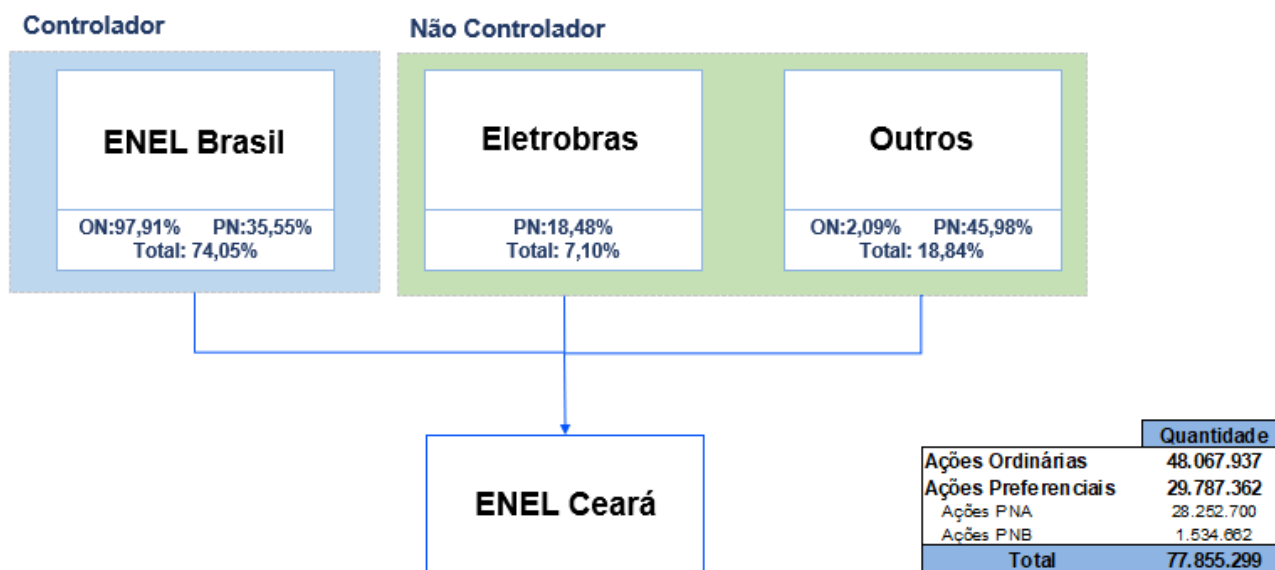
# Divulgação de Resultados

## Comentário do Desempenho



### Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2024



## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

### Mercado de Energia

#### NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
<b>Mercado Cativo</b>	<b>4.261.952</b>	<b>4.177.889</b>	<b>2,0%</b>	<b>4.404.971</b>	<b>-3,2%</b>
Residencial - Convencional	2.157.657	2.293.250	-5,9%	2.242.784	-3,8%
Residencial - Baixa Renda	1.444.072	1.110.989	30,0%	1.441.019	0,2%
Industrial	5.744	5.810	-1,1%	6.387	-10,1%
Comercial	183.045	182.062	0,5%	188.311	-2,8%
Rural	418.720	533.009	-21,4%	474.190	-11,7%
Setor Público	52.714	52.769	-0,1%	52.280	0,8%
<b>Clientes Livres</b>	<b>1.040</b>	<b>757</b>	<b>37,4%</b>	<b>927</b>	<b>12,2%</b>
Industrial	283	227	24,7%	243	16,5%
Comercial	721	513	40,5%	649	11,1%
Rural	25	11	>100,0%	25	-
Setor Público	11	6	83,3%	10	10,0%
<b>Revenda</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>4.262.992</b>	<b>4.178.648</b>	<b>2,0%</b>	<b>4.405.898</b>	<b>-3,2%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A Companhia encerrou o 1T24 com uma alta de 2,0% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no 1T23. A alta observada no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrada na classe residencial baixa renda.

Tal alta é parcialmente atribuída ao crescimento orgânico da base de consumidores e ao efeito da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 37,4% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e melhora do cenário econômico.

# Divulgação de Resultados

## Comentário do Desempenho



### Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

#### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.625	2.410	8,9%	2.688	-2,3%
Clientes Livres	759	674	12,6%	769	-1,3%
Revenda	4	3	33,3%	4	-
Consumo Próprio	6	4	50,0%	5	20,0%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>3.393</b>	<b>3.092</b>	<b>9,7%</b>	<b>3.466</b>	<b>-2,1%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

### Mercado Cativo

#### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Residencial - Convencional	924	904	2,2%	891	3,7%
Residencial - Baixa Renda	561	378	48,4%	551	1,8%
Industrial	95	109	-12,8%	103	-7,8%
Comercial	361	355	1,7%	364	-0,8%
Rural	282	287	-1,7%	338	-16,6%
Setor Público	401	376	6,6%	441	-9,1%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>2.625</b>	<b>2.410</b>	<b>8,9%</b>	<b>2.688</b>	<b>-2,3%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O mercado cativo totalizou 2.625 GWh no 1T24, aumento de 8,9% frente ao volume registrado no 1T23 (2.410 GWh), reflexo do aumento nas temperaturas do período. Cabe ressaltar que o crescimento se deu mesmo em um cenário crescente das instalações de painéis solares na região.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou no 1T24 uma alta de 48,4% se comparado ao mesmo período de 2023 explicados pelo crescimento orgânico de consumidores e intensificação do cadastramento dos consumidores baixa renda, além do impacto da temperatura. A classe Residencial Convencional também apresentou um aumento de 2,2% vis-à-vis o 1T23 ao aumento das temperaturas registradas no período.

A classe industrial apresentou redução de 12,8% no 1T24 em comparação ao 1T23, explicada pelo aumento da migração desta classe para o mercado livre com a abertura do mercado livre para os clientes do grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Na classe comercial, o 1T24 apresentou um aumento de 1,7% comparado ao mesmo período do ano anterior, decorrente das altas temperaturas registradas no período.

O Setor Público registrou alta de 6,6% no 1T24 frente ao mesmo período do ano anterior, os efeitos são atribuídos ao aumento no consumo de energia decorrente das altas temperaturas.

Já a classe Rural registrou uma queda de 1,7% no 1T24 vis-à-vis o 1T23, atribuído parcialmente ao aumento no volume de chuvas em comparação ao ano anterior.

### Clientes Livres

#### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Industrial	461	433	6,5%	486	-5,1%
Comercial	261	210	24,3%	247	5,7%
Rural	8	5	60,0%	7	14,3%
Setor Público	29	27	7,4%	29	-
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*</b>	<b>759</b>	<b>674</b>	<b>12,6%</b>	<b>769</b>	<b>-1,3%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O aumento no volume de energia aos clientes livres no período, é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado, que foi impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do grupo A, a partir de janeiro de 2024.

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



### Compra de Energia<sup>1</sup>

#### COMPRA DE ENERGIA (GWH)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	0	663	-100,0%	641	-100,0%
Angra 1 e 2	104	102	2,0%	104	-
PROINFA	55	54	1,9%	60	-8,3%
Leilões e Quotas	2.739	2.181	25,6%	2.330	17,6%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>3.053</b>	<b>3.207</b>	<b>-4,8%</b>	<b>3.364</b>	<b>-9,2%</b>
Liquidação na CCEE	375	(122)	<-100,0%	209	79,4%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>3.429</b>	<b>3.085</b>	<b>11,2%</b>	<b>3.573</b>	<b>-4,0%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

### Balanco de Energia<sup>2</sup>

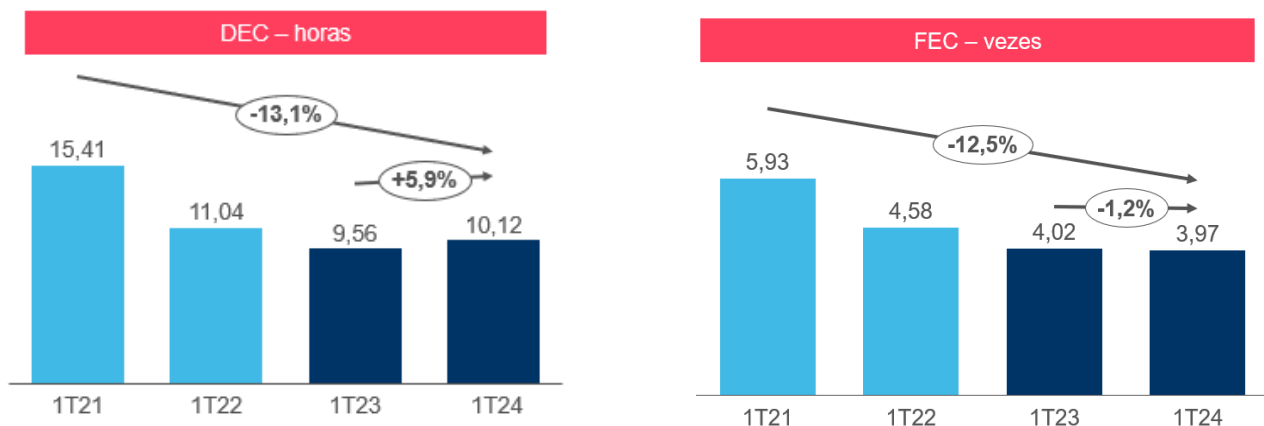
#### BALANCO DE ENERGIA\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	4.405	3.899	13,0%	4.568	-3,6%
Energia distribuída (GWh)	3.626	3.227	12,4%	3.718	-2,5%
Mercado Cativo	2.864	2.550	12,3%	2.946	-2,8%
Mercado Livre	762	677	12,6%	773	-1,4%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	779	672	15,9%	850	-8,4%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,68%	17,23%	0,45 p.p	18,60%	-0,92 p.p

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

### Indicadores Operacionais

#### Qualidade do Fornecimento<sup>2</sup>



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No 1T24 o DEC apresentou uma alta de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando ligeiramente acima do limite regulatório que é de 9,84. Esse aumento é atribuído a maior severidade nos eventos climáticos neste início de ano. Comparando a 2023, neste ano ocorreram 8 emergências (sendo 1 considerada crise) contra 5 do mesmo período de 2023, além disso foram registradas 22 dias de contingências em 2024 contra 6 em 2023. Já o FEC apresentou uma redução no 1T24, ficando 1,2% abaixo do mesmo período do ano anterior

<sup>1</sup> Dados prévios referente ao 1T24.

<sup>2</sup> Dados prévios referente ao 1T24

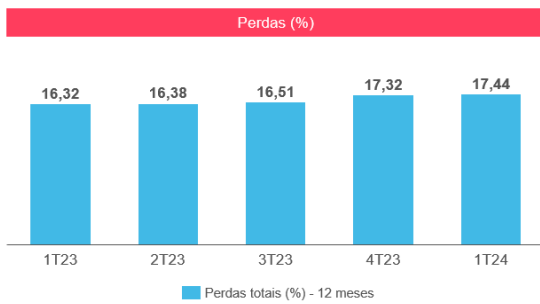


# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



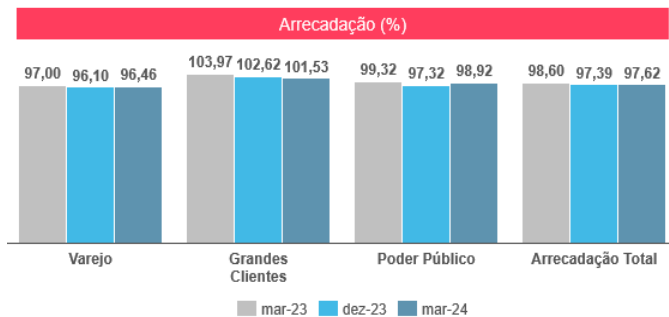
### Disciplina de Mercado – Perdas<sup>(3) (4)</sup>



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 17,44% no 1T24, um aumento marginal de 0,12 p.p. em relação às perdas registradas em 4T23, de 17,32%. Já na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 1,12 p.p. Essa variação é atribuída ao aumento da energia injetada, decorrente das altas temperaturas, acarretando maiores níveis de perdas técnicas e não técnicas.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de clientes cortados/auto religados e sem contrato ativo irregulares (operações do ciclo comercial), mapeamento e conexão de consumidores clandestinos.

### Arrecadação<sup>3</sup>



Em relação ao indicador de arrecadação, o total apurado no 1T24 ficou ligeiramente acima do percentual registrado em dezembro de 2023 e 1 p.p. abaixo do mesmo período do ano anterior. Essa queda é atribuída principalmente pela alteração do comportamento de pagamento de clientes essenciais (hospitais), industrial e clientes residenciais. Já se percebe uma recuperação no índice de arrecadação do segmento de varejo e poder público frente o 4T23.

A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

Cabe destacar que o Estado do Ceará possui um dos maiores índices de inadimplência por habitante do Brasil, sendo as contas básicas de consumo um dos principais itens da lista de inadimplemento.

<sup>3</sup> Dados prévios referente ao 1T24

<sup>4</sup> O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



### DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

#### Receita Operacional Líquida

##### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.122.605	1.942.598	9,3%	2.216.036	-4,2%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(16.743)	(12.995)	28,8%	3.007	<-100,0%
Subvenção baixa renda	127.708	91.442	39,7%	130.133	-1,9%
Subvenção de recursos da CDE	92.945	70.198	32,4%	54.507	70,5%
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo</b>	<b>2.326.515</b>	<b>2.091.243</b>	<b>11,3%</b>	<b>2.403.683</b>	<b>-3,2%</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	(110.764)	142.820	<-100,0%	96.759	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	137.545	122.242	12,5%	136.260	0,9%
Receita de construção	275.489	433.319	-36,4%	275.737	-0,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável	93.261	115.550	-19,3%	45.402	>100,0%
Outras receitas	43.929	55.118	-20,3%	37.070	18,5%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.765.975</b>	<b>2.960.292</b>	<b>-6,6%</b>	<b>2.994.911</b>	<b>-7,6%</b>
ICMS	(425.642)	(371.466)	14,6%	(428.449)	-0,7%
COFINS - corrente	(153.355)	(158.097)	-3,0%	(173.984)	-11,9%
PIS - corrente	(33.294)	(34.324)	-3,0%	(37.773)	-11,9%
ISS	(1.770)	(1.685)	5,0%	(1.588)	11,5%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(614.061)</b>	<b>(565.572)</b>	<b>8,6%</b>	<b>(641.794)</b>	<b>-4,3%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(15.426)	(16.566)	-6,9%	(17.953)	-14,1%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(199.693)	(146.766)	36,1%	(183.566)	8,8%
Encargos do consumidor - CCRBT	109	310	-64,8%	63	73,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.624)	(2.691)	-2,5%	(2.624)	-
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(217.634)</b>	<b>(165.713)</b>	<b>31,3%</b>	<b>(204.080)</b>	<b>6,6%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(831.695)</b>	<b>(731.285)</b>	<b>13,7%</b>	<b>(845.874)</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Total - Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.934.280</b>	<b>2.229.007</b>	<b>-13,2%</b>	<b>2.149.037</b>	<b>-10,0%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou uma queda de 13,2% no 1T24 vis-à-vis o 1T23. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 1T24, atingiu o montante de R\$ 1.658,8 milhões, queda de R\$ 136,9 milhões em relação ao 1T23, cujo montante foi de R\$ 1.795,7 milhões. A redução da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Queda dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 253,6 milhões relacionado a (i) Redução de custos no 1T24 devido a saída da CGTF da base de cálculo de preço médio dos contratos pelo fim da contratação, combinado ao aumento da cobertura tarifária refletindo num aumento de CVA em 2024; (ii) Sobrecontratação: efeito de compra significativa no mercado de curto prazo frente a um efeito de venda no mercado de curto prazo em 2023 e redução do PLD Médio de R\$69,04 para R\$ 61,09, gerando um aumento na despesa; (iii) CDE e PROINFA: Alteração das cotas homologadas para cada período gerando maiores valores em constituição de CVA;; e (iv) Amortizações e itens financeiros: Aumento dos montantes de constituição de PIS\_COFINS conforme homologação tarifária para cada período;
- Queda na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 22,3 milhões;
- Aumento de R\$ 48,5 milhões no total de tributos no 1T24 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica (aumento de R\$ 54,2 milhões);
- Aumento de R\$ 52,9 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais (Empréstimo Conta Covid e Escassez Hídrica).

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Incremento de R\$ 180,0 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 1T23, devido a um maior consumo registrado no período, com destaque para a classe residencial, tendo em vista o aumento nas temperaturas.
- Aumento de R\$ 22,4 milhões na rubrica subvenção de recursos da CDE no 1T24 frente ao mesmo período de 2023 devido a variação relacionada a redução das cotas mensais de acordo com as resoluções homologatórias de Subsídio CDE, bem como também o maior descasamento entre os valores recebidos versus faturados no novo ciclo tarifário na qual o mercado performou maior no 1T24.
- Aumento de R\$ 15,3 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo e migração nesta classe;

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



### Custos e Despesas Operacionais

#### CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda	(616.754)	(820.737)	-24,9%	(897.674)	-31,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(224.895)	(207.984)	8,1%	(198.327)	13,4%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(841.649)</b>	<b>(1.028.721)</b>	<b>-18,2%</b>	<b>(1.096.001)</b>	<b>-23,2%</b>
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(29.775)	(41.412)	-28,1%	(57.586)	-48,3%
Material e Serviços de Terceiros	(184.977)	(205.609)	-10,0%	(215.772)	-14,3%
Depreciação e Amortização	(146.642)	(120.973)	21,2%	(139.080)	5,4%
Custo na desativação de bens	(1.233)	(7.397)	-83,3%	(18.950)	-93,5%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(52.125)	(50.069)	4,1%	(38.623)	35,0%
Custo de Construção	(275.489)	(433.319)	-36,4%	(275.737)	-0,1%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(13.036)	(8.578)	52,0%	(11.326)	15,1%
Perda de recebíveis de clientes	(5.608)	(5.432)	3,2%	(7.375)	-24,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	19.321	16.753	15,3%	15.150	27,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(27.580)	(34.048)	-19,0%	(48.241)	-42,8%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(717.144)</b>	<b>(890.084)</b>	<b>-19,4%</b>	<b>(797.540)</b>	<b>-10,1%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(1.558.793)</b>	<b>(1.918.805)</b>	<b>-18,8%</b>	<b>(1.893.541)</b>	<b>-17,7%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

Os custos e despesas operacionais no 1T24 em relação ao 1T23 apresentaram uma queda de 18,8% ou R\$ 360,0 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1.283,3 milhões, queda de 13,6% ou R\$ 202,2 milhões vis-à-vis o mesmo período no ano anterior, de R\$ 1.485,5 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- As despesas gerenciáveis ficaram estáveis no trimestre (excluindo o efeito do custo de construção, houve uma queda nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 15,1 milhões). Essa redução é explicada principalmente pela: (i) queda de R\$ 11,6 milhões na linha de Pessoal em função de pedido de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado referente aos créditos de INSS, incidindo sobre verbas de caráter não salarial, indenizatório ou previdenciário, excluindo esse efeito não recorrente, a rubrica teria um aumento de 28,7%; (ii) queda de R\$ 20,6 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude do projeto *insourcing* que visa reduzir o efetivo de colaboradores terceirizados aumentando a contratação de colaboradores próprios; e (iii) uma queda de R\$6,5 milhões na rubrica Outras Receitas/Despesas Operacionais.
- Compensado parcialmente pelo (i) aumento de R\$ 25,7 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; (ii) aumento de R\$ 4,5 milhões em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas decorrente de um volume maior de ações no período, principalmente em relação a ações trabalhistas e mercado.

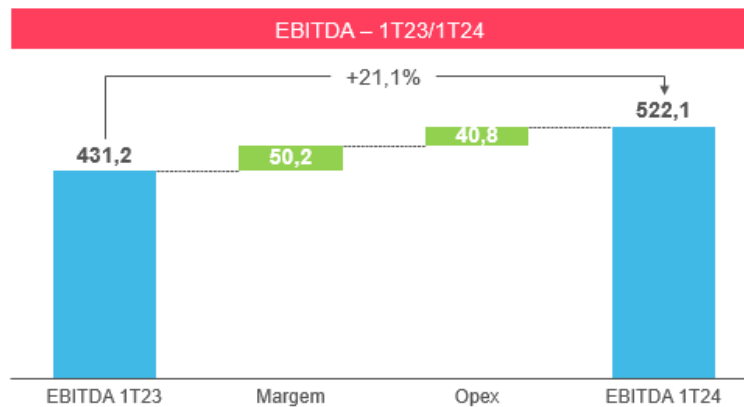
No 1T24, os custos e despesas não-gerenciáveis apresentaram uma queda de 18,2%, equivalente a R\$187,1 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda é explicada, principalmente, pelo fim do contato com a CGTF (Cia. Ger. Térmica Fortaleza), cujo custo de contrato era maior que a média de custos dos demais contratos. Esse contrato esteve vigente por 20 anos, e com a venda da Cia, encerrou em dezembro de 2023.

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



### EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no 1T24 atingiu o montante de R\$ 522,1 milhões, 21,1% acima do registrado no ano anterior, o que representa uma alta de R\$90,9 milhões. A margem EBITDA da Companhia no 1T24 foi de 27,0%, um aumento de 7,65 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia trimestre foi de 31,5%, o que representa uma alta de 7,47 p.p. em relação ao 1T23.

### Resultado Financeiro

#### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
<b>Receitas Financeiras</b>					
Renda de aplicação financeira	2.620	12.974	-79,8%	7.097	-63,1%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	14.371	17.295	-16,9%	15.666	-8,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	26.154	43.288	-39,6%	6.943	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	31.665	8.038	>100,0%	40.018	-20,9%
Dívida - Marcação a mercado	3.150	6.895	-54,3%	(8.220)	<-100,0%
Outras receitas financeiras	4.711	3.155	49,3%	1.558	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.568)	(3.553)	-27,7%	(1.898)	35,3%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>80.103</b>	<b>88.092</b>	<b>-9,1%</b>	<b>61.164</b>	<b>31,0%</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(32.129)	(38.650)	-16,9%	(13.786)	>100,0%
Encargos de Dívidas e debêntures	(131.481)	(99.449)	32,2%	(133.812)	-1,7%
Marcação a mercado de Dívida	-	(5.647)	-100,0%	(44.894)	-100,0%
Encargos fundo de pensão	(2.615)	(2.138)	22,3%	(2.138)	22,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(27.499)	(40.987)	-32,9%	(17.617)	56,1%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(10.179)	(13.280)	-23,4%	(3.118)	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(45.389)	(51.795)	-12,4%	(16.340)	>100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(4.214)	(8.609)	-51,1%	(4.004)	5,2%
Outras despesas financeiras	(25.994)	(17.651)	47,3%	(41.687)	-37,6%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(279.500)</b>	<b>(278.206)</b>	<b>0,5%</b>	<b>(277.396)</b>	<b>0,8%</b>
<b>Variações Cambiais</b>	<b>(3)</b>	<b>(25)</b>	<b>-88,0%</b>	<b>100</b>	<b>&lt;-100,0%</b>
Variações cambiais - Empréstimos	(28.865)	28.180	<-100,0%	40.978	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	28.845	(29.074)	<-100,0%	(40.961)	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	17	869	-98,0%	83	-79,5%
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(199.400)</b>	<b>(190.139)</b>	<b>4,9%</b>	<b>(216.132)</b>	<b>-7,7%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 1T24 com uma despesa líquida de R\$ 199,4 milhões, representando um aumento de R\$ 9,3 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada por:

- Redução de R\$ 10,3 milhões na rubrica de renda de aplicação financeira.
- Aumento de despesa líquida no montante de R\$ 3,6 milhões na rubrica de atualização de ativos e passivos financeiros setoriais.

Este efeito foi parcialmente compensado pelo:

- Redução de despesa líquida no montante de R\$ 7,2 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos

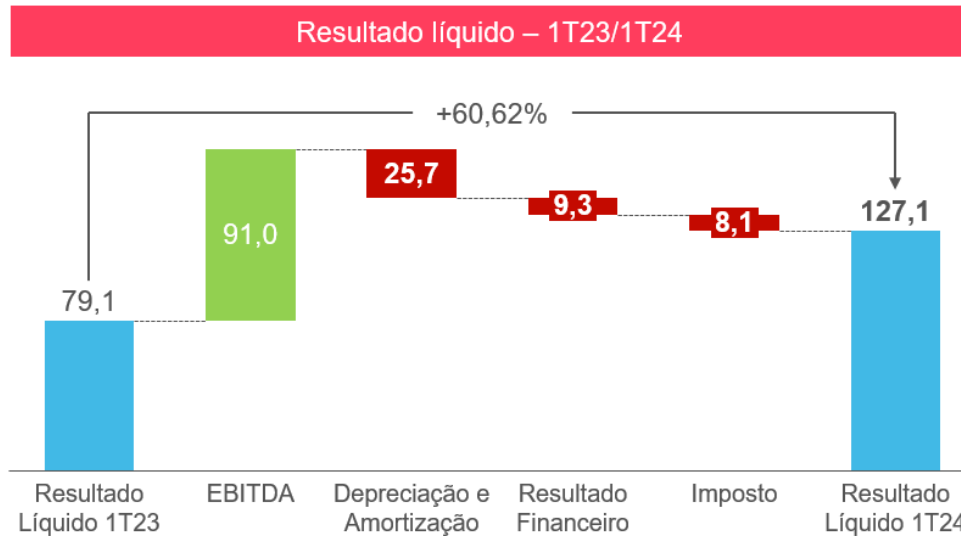
# Divulgação de Resultados

## Comentário do Desempenho



financeiros de hedge) devido, principalmente, à redução do CDI (11,28% 1T24 vs. 13,65% 1T23) entre os períodos analisados;

### Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 127,1 milhões no 1T24, representando um acréscimo de R\$ 48,0 milhões em relação ao 1T23, explicado principalmente pela melhora do EBITDA.

### Endividamento

#### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	5.907.181	5.089.543	16,1%	5.900.805	0,1%
Dívida com Terceiros	4.432.290	4.207.076	5,4%	4.966.260	-10,8%
Dívida Intercompany	1.474.891	882.467	67,1%	934.545	57,8%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	139.017	170.667	-18,5%	194.590	-28,6%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.768.164	4.918.876	17,3%	5.706.215	1,1%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (2)*	2,81	2,77	1,6%	2,95	-4,5%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (2)*	2,75	2,68	2,7%	2,85	-3,6%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,58	0,56	3,4%	0,58	-1,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,57	0,55	4,0%	0,58	-0,8%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou 1T24 em R\$ 5.907 milhões, um incremento de R\$ 818 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 2.074 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 711 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 1.331 milhões e R\$ 607 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 28 milhões.

A Companhia encerrou 1T24 com o custo médio da dívida no período de 12,45% a.a.

#### Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2024, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150 milhões.

# Divulgação de Resultados

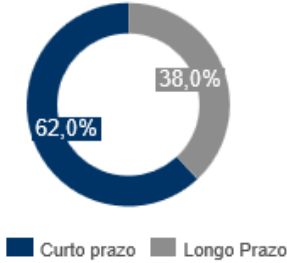


## Comentário do Desempenho

### Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

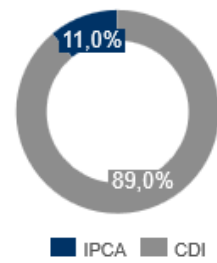
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP  
Posição Final em mar/24



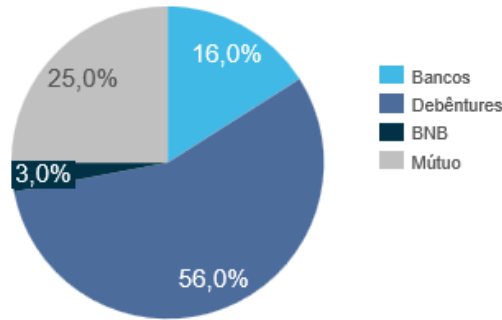
Abertura da Dívida Bruta - Moedas  
Posição Final em mar/24



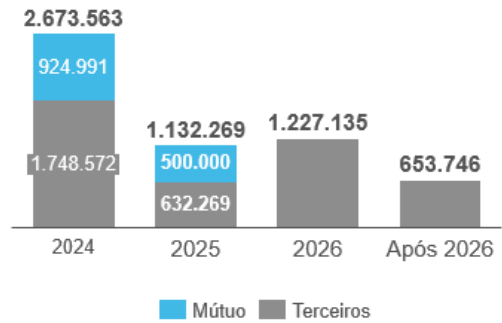
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores  
Posição Final em mar/24



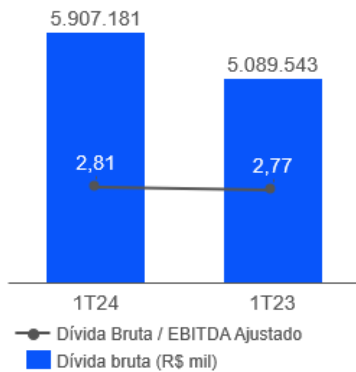
Abertura da Dívida Bruta - Credor  
Posição Final em mar/24



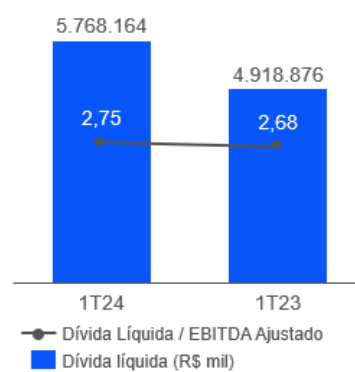
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)  
Posição Final em mar/24



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezez)  
Evolução 1T24 - 1T23



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)  
Evolução 1T24 - 1T23





# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



### Investimentos<sup>3</sup>

#### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Manutenção	83.161	102.497	-18,9%	107.229	-22,4%
Crescimento	14.235	69.247	-79,4%	9.935	43,3%
Novas Conexões	230.710	318.680	-27,6%	299.597	-23,0%
<b>Financiado pela Companhia</b>	<b>328.106</b>	<b>490.425</b>	<b>-33,1%</b>	<b>416.761</b>	<b>-21,3%</b>
Financiado pelo Cliente	6.431	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>334.537</b>	<b>490.425</b>	<b>-31,8%</b>	<b>416.761</b>	<b>-19,7%</b>

(1) Variação entre 1T24 e 4T23;

No 1T24 a Companhia investiu R\$ 334,5 milhões. Do volume investido no 1T24, este foi alocado, principalmente em atividades de novas conexões, R\$230,7 milhões de recursos próprios. O número foi menor que 2023 (88 Milhões) devido a um menor volume de obras em 2024, já que em 2023 foi saneado o backlog de obras.

Para manutenção foram investidos R\$ 83,1 milhões, sendo R\$ 39,9 milhões para as atividades relacionadas a manutenção. O número foi menor do que 2023 (19 milhões) devido a menor volume de manutenções corretivas.

Na parte de crescimento foram investidos R\$ 14,2 milhões. O número foi menor que 2023 (55 milhões), devido a uma sazonalidade dos projetos de crescimento, que no ano de 2024 está previsto para ocorrer no segundo semestre.

*Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e consequentemente prezando pela transparência, a partir do 4T23 os valores das subcontas que estavam alocados na linha "outros" passam a compor as devidas rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros.*

*A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário, torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.*

### Plano de Investimentos

A Enel Ceará apresentou nesta quarta-feira (24.04) à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos do Estado. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 4,8 bilhões no período de 2024 a 2026, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia. O valor representa uma média anual de R\$ 1,6 bilhão neste período, um aumento de cerca de 44% em relação à média anual de investimentos dos últimos seis anos. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 1.750 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2026. Apenas este ano, serão cerca 400 novos colaboradores e acréscimo de cerca de 120 novos veículos, para agilizar o atendimento aos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas pela Enel Ceará, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. Por ano, a previsão é de realização de mais de 50 mil manutenções, cerca de 320 mil podas e inspeções em 90 mil pontos em todo o Estado.

No período de 2024 a 2026, serão modernizadas, ampliadas e construídas subestações, beneficiando cerca de 2 milhões de clientes. A Companhia também irá construir mais de 170 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos.

<sup>3</sup> Dados prévios referente ao 1T24

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



Além da alta tensão, até 2026, cerca de 10 mil km de média e baixa tensão serão construídos, para dar apoio às estruturas e conexão de novos clientes. De material, mais de 13 mil transformadores e 123 mil postes serão inseridos na estrutura atual.

Na área de atendimento, a Companhia está planejando investir, nos próximos três anos, em reforma, ampliação e climatização de novas lojas, canais digitais, autoatendimento e unidades móveis.

5

### Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na Enel

A Enel no Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2024-2026 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do 1º trimestre de 2024, a Enel Distribuição Ceará acumulou o investimento trimestral de R\$ 14,1 milhões, e beneficiou 85.512 pessoas, por meio de 46 projetos e ações desenvolvidos pelo programa social Enel Compartilha. Especificamente no primeiro trimestre do ano, destacam-se as seguintes ações realizadas:

#### **Edital Chamada Pública de Projetos**

A Enel Distribuição Ceará lançou no final de 2023 a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2023) para financiamento de projetos de eficiência energética. Até o dia 03 de julho de 2024, clientes da concessionária que atendam aos requisitos descritos no edital, poderão inscrever seus projetos de eficiência energética. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 1,5 milhão, sendo R\$ 750 mil para iniciativas de Iluminação Pública e R\$ 750 mil para projetos de outras tipologias.

#### **Enel Compartilha Energia na Escola – Nave Enel – ODS 04**

O programa Enel Compartilha Energia na Escola tem como objetivo capacitar educadores, professores, alunos e comunidades para o uso seguro e o combate ao desperdício de energia elétrica e recursos naturais. Além das formações, as escolas e as comunidades participam de atividades lúdicas como o Óculos de Realidade Virtual, que aborda a temática da segurança da população, e a Nave Enel, um ônibus adaptado com recursos audiovisuais, jogos lúdicos e educacionais, que utiliza tecnologia de realidade virtual 3D. No primeiro trimestre



# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



de 2024 as atividades aconteceram em cinco municípios: Fortaleza, Itapipoca, Maranguape, Tururu e Uruburetama beneficiando 1.739 alunos e comunidade escolar.

### **Ecoenel - ODS 07**

Como destaque, o programa Ecoenel inaugurou em fevereiro um ponto de coleta, que ficará localizado na Central Municipal de Reciclagem, no Município de Russas, localizado a cerca de 170 km da capital cearense. A abertura do ponto foi fruto da Gincana Ecoenel, que ocorreu em 2023 e da parceria entre a Enel Distribuição Ceará, a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Russas (ASCAMARRU) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), por meio do Recicla Russas. No primeiro trimestre de 2024, o programa Ecoenel já arrecadou, em 09 municípios, mais de 700 toneladas de recicláveis, beneficiando 3.732 clientes com bônus de R\$ 219.445,22 em descontos na conta de energia. Esses resultados equivalem à captura de 2.159 toneladas de CO<sub>2</sub>, preservação de 5.949 árvores e economia estimada de 2,9 mil MWh de energia elétrica ao mês.

### **Enel Compartilha Oportunidade – Escola de Mulheres Eletricistas – ODS 08**

O programa Enel Compartilha Oportunidade tem como objetivo gerar desenvolvimento social e econômico para as comunidades através de oficinas de empregabilidade, inserção no mercado de trabalho, capacitação e acompanhamento profissional. Uma das ações é a Escola de Mulheres Eletricistas, que em parceria com o SENAI CE, na cidade de Sobral, formou a terceira turma do projeto Escola de Mulheres Eletricistas. Ao todo, 22 mulheres foram capacitadas no curso de Eletricista de Rede de Baixa Tensão. Já a quarta turma, em Itapipoca, com 23 alunas, está em formação. O curso, ministrado pelo SENAI, tem a duração de aproximadamente dois meses, totalizando 376 horas, entre teoria e prática.

### **Indicadores ASG - Enel Ceará**

#### **Indicadores**

	1T24	1T23
Colaboradores próprios (unit)	1.492	1.144
Colaboradores terceirizados (unit)	9.380	10.193
% de mulheres na Empresa	17,4%	24,5%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	21,9%	23,4%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	2,07	7,97
Taxa de Rotatividade (2)*	1,8%	1,3%
Número de membros no conselho (unit)	8	8
Número de membros independentes no conselho (unit)	2	2
% de mulheres no conselho	25,0%	12,5%
Beneficiados pelos projetos sociais	85.512	137.561
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	87%	81%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	1	2
Realização de ECoS Ambiental (4)*	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2024 - 5; (4) Meta 2024 - 0

## **ASPECTOS REGULATÓRIOS**

### **Reajuste Tarifário Anual 2024**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 16 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2024, Resolução Homologatória nº 3.319/2024.

Em abril de 2024, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com um índice de reajuste de -5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

**Divulgação de Resultados****Comentário do Desempenho**

<b>Reajuste Tarifário 2024</b>	
Encargos Setoriais	2,18%
Energia Comprada	-8,27%
Encargos de Transmissão	0,67%
<b>Parcela A</b>	<b>-5,42%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>-2,41%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>-7,83%</b>
CVA Total	1,76%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,31%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>2,07%</b>
<b>Índice de reajuste Total</b>	<b>-5,76%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,95%
<b>Efeito Para o Consumidor</b>	<b>-2,81%</b>

**Parcela A**

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -8,64%, representando -5,42% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.123 milhões. Um acréscimo de +18,20%, representando +2,18% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.819 milhões. Uma redução de -18,85%, contemplando o custo de compra de energia que representa -8,27% no reajuste econômico decorrente principalmente do fim de um contrato bilateral da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 593 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +9,81%, correspondendo a um efeito de +0,67% no reajuste econômico.

**Parcela B**

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -6,47%, representando uma participação de -2,41% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de -4,26% no período de 12 meses findos em março de 2024; e
- Fator X de +2,209%, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,031%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%.

**Componentes Financeiros**

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 175 milhões, dentre os quais destacam-se: R\$ 148 milhões positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”) e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 178 milhões; sendo estes valores parcialmente compensados pela reversão do risco hidrológico negativo em R\$ 196 milhões e neutralidade dos encargos setoriais negativos de R\$ 40 milhões.

# Divulgação de Resultados

## Comentário do Desempenho



A revisão tarifária média de -2,81% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-2,10%
Baixa Tensão	-3,03%
Efeito Médio	-2,81%

### Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a março de 2024, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

### Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução n.º 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023, respectivamente.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória n.º 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto n.º 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL n.º 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas n.º 1.010, de 29 de março de 2022 e n.º 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho n.º 510, de 24 de fevereiro de 2023.

# Divulgação de Resultados

## Comentário de Desempenho



### ANEXO 1

#### DRE (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.765.975</b>	<b>2.960.292</b>	<b>-6,6%</b>
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.326.515	2.091.243	11,3%
CVA	-110.764	142.820	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	137.545	122.242	12,5%
Receita de Construção	275.489	433.319	-36,4%
Outras Receitas	137.190	170.668	-19,6%
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(831.695)</b>	<b>(731.285)</b>	<b>13,7%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.934.280</b>	<b>2.229.007</b>	<b>-13,2%</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(841.649)</b>	<b>(1.028.721)</b>	<b>-18,2%</b>
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(616.754)	(820.737)	-24,9%
Encargos de conexão e uso da rede	(224.895)	(207.984)	8,1%
<b>Custo/Despesa Operacional</b>	<b>(717.144)</b>	<b>(890.084)</b>	<b>-19,4%</b>
Pessoal	(29.775)	(41.412)	-28,1%
Material e Serviços de terceiros	(184.977)	(205.609)	-10,0%
Depreciação e amortização	(146.642)	(120.973)	21,2%
Provisões	(65.161)	(58.647)	11,1%
Custo de construção	(275.489)	(433.319)	-36,4%
Outros	12.480	3.924	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(27.580)	(34.048)	-19,0%
<b>EBITDA</b>	<b>522.129</b>	<b>431.175</b>	<b>21,1%</b>
<b>EBIT</b>	<b>375.487</b>	<b>310.202</b>	<b>21,0%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(199.400)</b>	<b>(190.139)</b>	<b>4,9%</b>
Receita Financeira	80.103	88.092	-9,1%
Despesa Financeira	(279.500)	(278.206)	0,5%
Variações Cambiais	(3)	(25)	-88,0%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>176.087</b>	<b>120.063</b>	<b>46,7%</b>
<b>IR/CS</b>	<b>(49.009)</b>	<b>(40.946)</b>	<b>19,7%</b>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>127.078</b>	<b>79.117</b>	<b>60,6%</b>

## Notas Explicativas



# Companhia Energética do Ceará - Coelce Enel Distribuição Ceará

CNPJ: 07.047.251/0001-70

Formulário de Informações trimestrais em 31 de março de 2024

Com relatório dos auditores independentes

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<b>31.03.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	40.005	96.665
Títulos e valores mobiliários	<b>6</b>	99.012	97.925
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	<b>7</b>	1.854.461	1.857.635
Ativo financeiro setorial	<b>9</b>	-	28.984
Créditos a receber - subvenção e outros		73.789	37.911
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	<b>8.1</b>	36.783	23.991
Outros tributos compensáveis	<b>8.2</b>	461.773	538.285
Serviços em curso		58.692	61.164
Instrumentos financeiros derivativos	<b>29</b>	3.070	-
Outros créditos		152.535	110.207
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.780.120</b>	<b>2.852.767</b>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	<b>7</b>	227.983	212.609
Depósitos vinculados	<b>21</b>	53.538	51.220
Cauções e depósitos	<b>11</b>	20.222	19.715
Outros tributos compensáveis	<b>8.2</b>	105.044	112.608
Instrumentos financeiros derivativos	<b>29</b>	74.791	84.843
Benefício fiscal	<b>10</b>	11.849	12.755
Ativo financeiro indenizável (concessão)	<b>12.2</b>	6.339.746	6.113.012
Imobilizado	<b>13</b>	90.977	88.218
Intangível	<b>12.3</b>	2.189.593	2.277.008
Ativos contratuais	<b>12.1</b>	1.349.511	1.272.658
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>10.463.254</b>	<b>10.244.646</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.243.374</b>	<b>13.097.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<b>31.03.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	<b>14</b>	1.124.355	1.268.390
Empréstimos e financiamentos	<b>15</b>	2.047.423	844.378
Obrigações por arrendamentos		6.578	7.270
Debêntures	<b>16</b>	1.528.003	1.911.623
Passivo financeiro setorial	<b>9</b>	200.835	-
Salários, provisões e encargos sociais		60.953	42.973
Outras obrigações fiscais	<b>17</b>	178.771	194.164
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	<b>19</b>	200.429	350.209
Dividendos a pagar		93.296	93.296
Encargos setoriais	<b>18</b>	80.396	84.296
Obrigações com benefícios pós-emprego	<b>20</b>	879	876
Provisões para processos judiciais e outros riscos	<b>21</b>	1.116	1.116
Instrumentos financeiros derivativos	<b>29</b>	63.219	91.629
Outras obrigações		234.396	222.543
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.820.649</b>	<b>5.112.763</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	<b>15</b>	497.528	1.268.800
Debêntures	<b>16</b>	1.822.419	1.830.680
Obrigações por arrendamentos		28.448	29.804
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	<b>19</b>	67.928	60.759
Passivo financeiro setorial	<b>9</b>	150.024	109.098
Outras obrigações fiscais	<b>17</b>	1.193	1.349
Encargos setoriais	<b>18</b>	66.555	57.300
Obrigações com benefícios pós-emprego	<b>20</b>	111.177	110.146
Tributos diferidos		66.204	37.212
Provisões para processos judiciais e outros riscos	<b>21</b>	262.820	248.865
Instrumentos financeiros derivativos	<b>29</b>	26.450	38.538
Outras obrigações		1.148	952
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.101.894</b>	<b>3.793.503</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
	<b>22</b>		
Capital social		1.282.347	1.282.347
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.556.409	2.556.409
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(3.674)	(6.280)
Lucro do período		127.078	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.320.831</b>	<b>4.191.147</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>13.243.374</b>	<b>13.097.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<b>Notas</b>	<b>31.03.2024</b>	<b>31.03.2023</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>24</b>	<b>1.934.280</b>	<b>2.229.007</b>
<b>Custo do serviço</b>	<b>25</b>	<b>(1.482.946)</b>	<b>(1.829.047)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>451.334</b>	<b>399.960</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>25</b>		
Despesas com vendas		(3.191)	(1.364)
Despesas gerais e administrativas		(33.199)	(49.704)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(57.733)	(55.501)
Outras receitas operacionais		18.276	16.811
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(75.847)</b>	<b>(89.758)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>		<b>375.487</b>	<b>310.202</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>		
Receitas financeiras		80.103	88.092
Despesas financeiras		(279.500)	(278.206)
Variações cambiais líquidas		(3)	(26)
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>(199.400)</b>	<b>(190.140)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>176.087</b>	<b>120.062</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>27</b>	(31.702)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>27</b>	(28.557)	(40.946)
Incentivo fiscal	<b>27</b>	11.250	-
		<b>(49.009)</b>	<b>(40.946)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>127.078</b>	<b>79.116</b>
<b>Lucro por ação em R\$ - básico e diluído</b>	<b>23</b>		
Ação ordinária		1,6322	1,0162
Ação preferencial - Classe A		1,7301	1,0772
Ação preferencial - Classe B		1,7954	1,1178

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2024	31.03.2023
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>127.078</b>	<b>79.117</b>
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>			
Ganho/(perda) em instrumentos financeiros derivativos	26	3.948	(16.228)
Tributos diferidos sobre ganho/(perda) em instrumentos financeiros derivativos	27	(1.342)	5.518
		<b>2.606</b>	<b>(10.710)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>		<b>129.684</b>	<b>68.407</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal - ADENE	Legal	Incentivo fiscal - SUDENE				Reforço de capital de giro
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.085.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.047.562</b>	<b>1.430.314</b>	-	<b>(13.837)</b>	<b>3.956.902</b>
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.228)	(16.228)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	5.518	5.518
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	79.117	-	79.117
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>1.085.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.047.562</b>	<b>1.430.314</b>	<b>79.117</b>	<b>(24.547)</b>	<b>4.025.309</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.282.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.062.774</b>	<b>1.444.790</b>	-	<b>(6.280)</b>	<b>4.191.147</b>
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	3.948	3.948
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.342)	(1.342)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	127.078	-	127.078
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>1.282.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.062.774</b>	<b>1.444.790</b>	<b>127.078</b>	<b>(3.674)</b>	<b>4.320.831</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023  
(valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2024	31.03.2023
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do período	127.078	79.117
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	52.125	50.069
Perda de recebíveis de clientes	5.608	5.432
Depreciação e amortização	154.855	128.929
Juros e variações monetárias	183.619	(47.082)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	11.026	72.831
Marcação a mercado de dívida	(3.150)	(6.895)
Ativos e passivos financeiros setorial	(1.345)	2.301
Atualização do ativo financeiro da concessão	(93.261)	(115.550)
Valor residual de intangível e imobilizado	1.443	15
Tributos e contribuições social diferidos	29.463	40.947
Provisões para processos judiciais e outros riscos	13.036	8.578
Obrigações com benefícios pós-emprego	2.922	2.421
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(69.933)	(42.341)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(35.878)	(28.554)
Ativo financeiro setorial	30.329	(80.454)
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	(12.792)	(87.680)
Outros tributos compensáveis	84.076	147.447
Depósitos vinculados	(2.318)	(841)
Outros créditos	(39.856)	3.153
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(144.035)	(14.023)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(142.611)	(6.162)
Salários, provisões e encargos sociais	17.980	(1.829)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27.964	-
Outras obrigações fiscais	(15.549)	(64.022)
Passivo financeiro setorial	241.761	(37.605)
Encargos setoriais	4.212	21.163
Outras obrigações	12.049	16.897
	<b>438.819</b>	<b>46.262</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(28.871)	-
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(9.260)	(6.543)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(1.888)	(1.816)
Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados	(138.381)	(96.101)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(22.647)	(101.205)
Pagamentos de juros de arrendamento	(1.315)	(1.267)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>236.456</b>	<b>(160.670)</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(281.964)	(438.746)
Cauções e depósitos	(507)	566
Títulos e valores mobiliários	(1.087)	(1.782)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(283.558)</b>	<b>(439.962)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>		
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	542.064	1.559.344
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(531.642)	(1.076.265)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(2.034)	(4.234)
Pagamentos (recebimentos) de instrumento derivativo (principal)	(17.947)	21.214
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(9.559)</b>	<b>500.059</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(56.661)</b>	<b>(100.573)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	96.665	182.558
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>40.004</b>	<b>81.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023  
(valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2024	31.03.2023
<b>1. Receitas</b>	<b>2.733.224</b>	<b>2.927.247</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>2.785.349</b>	<b>2.977.316</b>
Fornecimento de energia elétrica	2.490.486	2.526.973
Outras receitas	19.374	17.024
Receita relativa à construção de ativos próprios	275.489	433.319
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(52.125)	(50.069)
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.413.834)</b>	<b>(1.806.156)</b>
Materiais	(136.762)	(186.428)
Outros custos operacionais	(44.237)	(49.332)
Custo da energia comprada e transmissão	(925.700)	(1.128.930)
Serviços de terceiros	(307.135)	(441.466)
<b>3. Valor adicionado bruto</b>	<b>1.319.390</b>	<b>1.121.091</b>
<b>4. Retenções</b>	<b>(154.854)</b>	<b>(128.930)</b>
Depreciação e amortização	(154.854)	(128.930)
<b>5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.164.536</b>	<b>992.161</b>
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>80.103</b>	<b>146.366</b>
Receitas financeiras	80.103	146.366
<b>7. Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.244.639</b>	<b>1.138.527</b>
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.244.639</b>	<b>1.138.527</b>
<b><u>Empregados (Colaboradores)</u></b>	<b>66.838</b>	<b>53.767</b>
Remunerações	41.269	33.202
FGTS	2.727	2.456
Outros encargos sociais	3.159	2.680
Previdência privada	2.047	2.205
Auxílio-alimentação	5.471	3.327
Convênio assistencial e outros benefícios	7.063	4.731
Participação nos resultados	5.102	5.166
<b><u>Tributos (Governo)</u></b>	<b>769.114</b>	<b>663.851</b>
<b>Federais</b>	<b>122.904</b>	<b>123.879</b>
Imposto de renda e contribuição social	60.259	40.946
COFINS	72.978	61.275
PIS	15.842	13.304
INSS	(14.925)	8.354
( - ) Incentivos fiscais	(11.250)	-
<b>Estaduais</b>	<b>425.899</b>	<b>371.466</b>
ICMS	425.642	371.466
Outros	257	-
<b>Municipais</b>	<b>2.677</b>	<b>2.793</b>
ISS	1.770	1.685
IPTU	53	571
Outros	854	537
<b>Encargos setoriais</b>	<b>217.634</b>	<b>165.713</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	199.693	146.766
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	15.426	16.566
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.624	2.691
Encargos do consumidor - CCRBT	(109)	(310)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>281.609</b>	<b>341.792</b>
Juros	49.912	59.069
Outras despesas financeiras	229.588	277.437
Aluguéis	2.109	5.286
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>127.078</b>	<b>79.117</b>
Lucro do período	127.078	79.117

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 1. Contexto operacional

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2023).

#### Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em fato relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

Em 22 de novembro de 2023, em fato relevante, os acionistas da Companhia comunicaram sobre a decisão de suspender temporariamente os procedimentos de análises e prospecção para possível alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

#### 1.1. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023 - nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023, sendo portanto, pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

### 1.2 Panorama das renovações de concessões no Brasil

O vencimento da concessão da Companhia está previsto para maio de 2028. A Companhia aguarda a publicação de um decreto presidencial para as diretrizes das renovações das concessões e, em seguida, a abertura de consulta pública pela Aneel para definição do novo contrato de concessão ainda em 2024.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

---

### 2.1. Base de preparação

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 26 de fevereiro de 2024 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2024.

### 2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 2.1.3. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

### 2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

## 3. Principais políticas contábeis e estimativas

---

As normas, políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às Informações Financeiras intermediárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 31 de março de 2024.

### 3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS7 – instrumentos financeiros: evidênciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024

### 3.1 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

## 4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

### 4.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicada a partir de 22 de abril de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -0,46%, composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%, conforme detalhado a seguir:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,22%
<b>Revisão Econômica</b>	<b>2,71%</b>
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,80%
<b>Revisão Financeira</b>	<b>-3,17%</b>
<b>Revisão Total</b>	<b>-0,46%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	3,52%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>3,06%</b>

### Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica.

### Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- Custos Operacionais:** a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,39% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,59%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.
- Custo Anual de Ativos:** corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -1,18% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,14%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do WACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de +3,02% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de +0,18%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,10%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,98%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -5,43% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,13%.

Como resultado da revisão tarifária de 2023, e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu os impactos abaixo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

- Complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 158.534.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 40.286, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos.
- (iii) Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 28.090.

### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

### 4.2. Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, estas estarão vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A bandeira tarifária vigente é a verde, desde 16 de abril de 2022, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2024	31.12.2023
<b>Caixa e contas correntes bancárias</b>	<b>33.633</b>	<b>49.427</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (aplicações diretas)	3.239	47.203
Operações compromissadas	3.133	35
	<b>6.372</b>	<b>47.238</b>
<b>Total</b>	<b>40.005</b>	<b>96.665</b>

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no período findo em 31 de março de 2024, em média, a 99,30% do CDI (100,23% do CDI em 31 de dezembro de 2023). As operações compromissadas foram remuneradas no período findo em 31 de março de 2024, em média, a 80,25% do CDI (90,79% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

### 6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.03.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	98.679	97.570
Fundos de investimentos exclusivos (a)	333	355
Títulos públicos	326	343
LF - Letra Financeira	7	11
<b>Total</b>	<b>99.012</b>	<b>97.925</b>

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,11% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2024 (0,23% em 31 de dezembro de 2023). As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período findo em 31 de março de 2024, em média, a 100,59% do CDI (93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 31 de março de 2024.

**Notas Explicativas**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 31 de março de 2024  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			31.03.2024
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	188.622	156.146	17.679	37.073	61.180	347.279	<b>807.979</b>	(486.483)	<b>321.496</b>
Industrial	96.823	98.531	12.980	29.568	37.186	28.989	<b>304.077</b>	(11.181)	<b>292.896</b>
Comercial	18.114	7.443	597	1.272	3.807	62.189	<b>93.422</b>	(51.890)	<b>41.532</b>
Rural	119.393	57.609	7.459	13.754	18.183	181.746	<b>398.144</b>	(68.719)	<b>329.425</b>
Poder público	40.961	19.648	5.503	8.203	10.277	56.946	<b>141.538</b>	(28.312)	<b>113.226</b>
Iluminação pública	25.473	14.164	3.730	9.899	9.605	14.238	<b>77.109</b>	(57.134)	<b>19.975</b>
Serviço público	27.081	5.592	3.042	14.464	11.812	87.032	<b>149.023</b>	(23.264)	<b>125.759</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>516.467</b>	<b>359.133</b>	<b>50.990</b>	<b>114.233</b>	<b>152.050</b>	<b>778.419</b>	<b>1.971.292</b>	<b>(726.983)</b>	<b>1.244.309</b>
Receita não faturada	526.513	-	-	-	-	-	<b>526.513</b>	(9.334)	<b>517.179</b>
Parcelamento de débitos	2.400	7.484	8.019	27.025	34.552	227.983	<b>307.463</b>	(55.765)	<b>251.698</b>
Compartilhamento - uso mútuo	17.738	7.818	20	8.510	16.491	59.044	<b>109.621</b>	(48.727)	<b>60.894</b>
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	14.834	<b>14.834</b>	(6.470)	<b>8.364</b>
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	<b>15.289</b>	(15.289)	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.063.118</b>	<b>374.435</b>	<b>59.029</b>	<b>149.768</b>	<b>203.093</b>	<b>1.095.569</b>	<b>2.945.012</b>	<b>(862.568)</b>	<b>2.082.444</b>
								<b>Circulante</b>	<b>1.854.461</b>
								<b>Não circulante</b>	<b>227.983</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			31.12.2023
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	182.335	150.780	16.230	35.875	64.602	337.214	<b>787.036</b>	(497.959)	<b>289.077</b>
Industrial	82.786	103.035	12.217	24.386	31.506	82.250	<b>336.180</b>	(9.819)	<b>326.361</b>
Comercial	16.177	9.726	504	2.092	2.432	-	<b>30.931</b>	(17.422)	<b>13.509</b>
Rural	129.943	62.089	6.079	11.502	20.935	174.935	<b>405.483</b>	(67.978)	<b>337.505</b>
Poder público	40.332	21.129	2.236	7.395	10.172	54.022	<b>135.286</b>	(22.935)	<b>112.351</b>
Iluminação pública	27.615	17.675	4.418	5.523	9.675	15.266	<b>80.172</b>	(51.942)	<b>28.230</b>
Serviço público	25.850	18.151	2.552	5.811	13.253	83.929	<b>149.546</b>	(20.698)	<b>128.848</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>505.038</b>	<b>382.585</b>	<b>44.236</b>	<b>92.584</b>	<b>152.575</b>	<b>747.616</b>	<b>1.924.634</b>	<b>(688.753)</b>	<b>1.235.881</b>
Receita não faturada	531.563	-	-	-	-	-	<b>531.563</b>	(8.999)	<b>522.564</b>
Parcelamento de débitos	5.355	9.132	6.914	21.046	50.692	212.609	<b>305.748</b>	(50.713)	<b>255.035</b>
Compartilhamento - uso mútuo	14.500	5.578	1.554	8.416	17.601	54.074	<b>101.723</b>	(56.613)	<b>45.110</b>
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	18.124	<b>18.124</b>	(6.470)	<b>11.654</b>
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	<b>15.289</b>	(15.289)	-
<b>Total</b>	<b>1.056.456</b>	<b>397.295</b>	<b>52.704</b>	<b>122.046</b>	<b>220.868</b>	<b>1.047.712</b>	<b>2.897.081</b>	<b>(826.837)</b>	<b>2.070.244</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2023	(Provisões)	Perda	31.03.2024
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(826.837)	(57.733)	22.005	(862.565)
Outros créditos	(7.694)	-	-	(7.694)
	<b>(834.531)</b>	<b>(57.733)</b>	<b>22.005</b>	<b>(870.259)</b>
Circulante	(819.242)			(854.971)
Não Circulante	(15.289)			(15.288)
<b>Total</b>	<b>(834.531)</b>			<b>(870.259)</b>

Rubricas de origem	31.12.2022	(Provisões)	Perda	31.03.2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(695.913)	(55.501)	17.601	(733.813)
Outros créditos	(7.694)	-	-	(7.694)
	<b>(703.607)</b>	<b>(55.501)</b>	<b>17.601</b>	<b>(741.507)</b>
Circulante	(688.318)			(726.218)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
<b>Total</b>	<b>(703.607)</b>			<b>(741.507)</b>

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e Pix parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2024	31.03.2023
Provisão	(57.733)	(55.501)
	<b>(57.733)</b>	<b>(55.501)</b>

## 8. Tributos a compensar

### 8.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2024	31.12.2023
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>		
Imposto de renda	38.154	22.634
Contribuição social	12.676	5.337
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.578	6.045
<b>Total</b>	<b>57.408</b>	<b>34.016</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda	12.228	7.411
Contribuição social	8.397	2.614
Imposto de renda retido na fonte		
<b>Total</b>	<b>20.625</b>	<b>10.025</b>
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	<b>36.783</b>	<b>23.991</b>

### 8.2. Outros tributos compensáveis

	31.03.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS	8.437	-	29.113	-
ICMS CIAP	93.167	105.044	89.406	112.608
PIS e COFINS	24.188	-	21.421	-
PIS e COFINS (ICMS) (a)	333.639	-	396.206	-
Outros tributos	2.342	-	2.139	-
<b>Total</b>	<b>461.773</b>	<b>105.044</b>	<b>538.285</b>	<b>112.608</b>

- (a) Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (nota explicativa nº. 19).

### 9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>193.427</b>	<b>(130.444)</b>	<b>18.591</b>	<b>(8.623)</b>	<b>4.347</b>	<b>77.298</b>	<b>11.245</b>	<b>66.053</b>	<b>73.316</b>	<b>3.982</b>
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	31.059	(203.858)	(10.221)	(2.663)	(106)	(185.789)	(1.727)	(184.062)	(174.695)	(11.094)
Proinfra	(1.547)	(3.401)	1.825	-	(105)	(3.228)	244	(3.472)	(3.018)	(210)
Transporte rede básica	93.935	23.149	(22.018)	-	2.334	97.400	(5.424)	102.824	91.201	6.199
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	48.858	37.672	59.754	(5.960)	1.553	141.877	19.062	122.815	134.474	7.403
Conta de desenvolvimento energético - CDE	21.122	15.994	(10.749)	-	671	27.038	(910)	27.948	25.354	1.684
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(273.541)</b>	<b>(165.982)</b>	<b>17.234</b>	<b>-</b>	<b>(5.868)</b>	<b>(428.157)</b>	<b>143</b>	<b>(428.126)</b>	<b>(274.151)</b>	<b>(153.832)</b>
Neutralidade da parcela A	(7.439)	(42.480)	(5.165)	-	(2.196)	(57.280)	-	(57.280)	(53.827)	(3.453)
Sobrecontratação de energia (b)	41.028	(76.412)	(19.510)	-	(2.084)	(56.978)	-	(56.978)	(53.543)	(3.435)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(165.598)	(12.533)	8.544	-	(1.198)	(170.785)	(34.175)	(136.610)	(34.175)	(136.610)
Risco hidrológico	(177.981)	(52.701)	34.032	-	(4.187)	(200.837)	-	(200.837)	(188.732)	(12.105)
Bandeira Escassez Hídrica (c)	42.356	-	(42.356)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(5.907)	18.144	41.689	-	3.797	57.723	34.318	23.579	56.126	1.771
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>(80.114)</b>	<b>(296.426)</b>	<b>35.825</b>	<b>(8.623)</b>	<b>(1.521)</b>	<b>(350.859)</b>	<b>11.388</b>	<b>(362.073)</b>	<b>(200.835)</b>	<b>(149.850)</b>

- (a) **Aquisição de Energia – (CVA Energia):** a variação do diferimento passivo está relacionada ao aumento do custo de aquisição de energia termo e hidroelétrica, devido ao aumento no preço de cobertura de R\$258,43 em março de 2023 para R\$264,87 em março de 2024 e redução no preço médio dos contratos de R\$265,62 no primeiro trimestre de 2023 em comparação de R\$197,87 no primeiro trimestre de 2024.
- (b) **Sobrecontratação de energia:** a variação está relacionada ao aumento da quantidade comprada no mercado de curto prazo, sendo venda -91 Mwh (PLD médio 69,04 x cobertura tarifária de R\$ 258,43) no primeiro trimestre de 2023, em comparação a compra 353 Mwh (PLD médio R\$ 61,09 x cobertura tarifária R\$ 264,87) no primeiro trimestre de 2024.
- (c) **Bandeira escassez hídrica (Financeiro de bandeira escassez hídrica):** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidro energética (CREG), no processo tarifário anterior, ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic e amortizado 100% do seu valor ao ao longo do período de abril de 2023 a março de 2024, sendo que no primeiro trimestre de 2024 foram amortizadas as 3 últimas parcelas do processo no montante de R\$ 42.356.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas** 31 de março de 2024  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2022	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>79.106</b>	<b>78.862</b>	<b>(132.673)</b>	<b>(8.298)</b>	<b>1.902</b>	<b>18.899</b>	<b>51.839</b>	<b>(32.940)</b>	<b>21.534</b>	<b>(2.635)</b>
Aquisição de energia - (CVAenerg)	71.749	6.460	(43.699)	(164)	1.495	<b>35.841</b>	16.695	19.146	34.309	1.532
Proinfa (d)	6.398	(6.225)	(4.482)	-	(40)	<b>(4.349)</b>	2.077	(6.426)	(3.834)	(515)
Transporte rede básica	59.602	32.100	(3.819)	-	2.265	<b>90.148</b>	802	89.346	82.999	7.149
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(93.852)	36.636	(70.924)	(8.134)	(3.180)	<b>(139.454)</b>	27.537	(166.991)	(126.095)	(13.359)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	35.209	9.891	(9.749)	-	1.362	<b>36.713</b>	4.728	31.985	34.155	2.558
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(235.214)</b>	<b>156.226</b>	<b>19.340</b>	<b>-</b>	<b>399</b>	<b>(59.249)</b>	<b>40.578</b>	<b>(99.827)</b>	<b>86.641</b>	<b>(145.890)</b>
Neutralidade da parcela A	16.798	318	4.373	-	(663)	<b>20.826</b>	-	20.826	19.160	1.666
Sobrecontratação de energia	93.299	14.447	11.973	-	9.756	<b>129.475</b>	-	129.475	119.117	10.358
Diferimento/ devoluções tarifárias	(143.484)	(9.770)	7.403	-	(4.554)	<b>(150.405)</b>	-	(150.405)	-	(150.405)
Risco hidrológico	(137.747)	(32.910)	36.288	-	(3.615)	<b>(137.984)</b>	-	(137.984)	(126.946)	(11.038)
Bandeira Escassez Hídrica	220.177	90.811	-	-	15.669	<b>326.657</b>	-	326.657	300.524	26.133
Outros	(284.257)	93.330	(40.697)	-	(16.194)	<b>(247.818)</b>	40.578	(288.396)	(225.214)	(22.604)
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>(156.108)</b>	<b>235.088</b>	<b>(113.333)</b>	<b>(8.298)</b>	<b>2.301</b>	<b>(40.350)</b>	<b>92.417</b>	<b>(132.767)</b>	<b>108.175</b>	<b>(148.525)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 10. Benefício fiscal

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

#### Benefício fiscal - ágio incorporado

	31.03.2024	31.12.2023
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(740.862)	(738.196)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	406.116	404.356
<b>Total</b>	<b>11.849</b>	<b>12.755</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.03.2024	Percentual
Em 2024	2.719	22,95%
Em 2025	3.316	27,99%
Em 2026	3.036	25,62%
Em 2027	2.778	23,45%
<b>Total</b>	<b>11.849</b>	<b>100%</b>

### 11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.03.2024	31.12.2023
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	20.222	19.715
<b>Total</b>		<b>20.222</b>	<b>19.715</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 12. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre na mesma data, a cada 4 anos, sendo a última realizada em 22 de abril de 2023, vide nota explicativa nº. 4.1.

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
Ativo Contratual	12.1	1.349.511	1.272.658
Ativo Financeiro da concessão	12.2	6.339.746	6.113.012
Ativo Intangível da concessão	12.3	2.189.593	2.277.008
Total dos contratos de concessão público - privado		<b>9.878.850</b>	<b>9.662.678</b>

### Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

#### 12.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,63% a.a. no período findo em 31 de março de 2024 (6,40% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A composição do saldo de ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	31.03.2024		31.12.2023
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.286.134	(96.274)	<b>1.189.860</b>
Software	159.651	-	<b>159.651</b>
<b>Total</b>	<b>1.445.785</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.349.511</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.413.494</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.317.220</b>
Adições	433.319	-	433.319
Capitalização de juros de empréstimos	28	-	28
Transferências para ativo intangível	(97.267)	-	(97.267)
Transferências para ativo indenizável	(126.876)	-	(126.876)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>1.622.698</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.526.424</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.368.932</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.272.658</b>
Adições	275.491	-	275.491
Capitalização de juros de empréstimos	5	-	5
Transferências para ativo intangível	(65.837)	-	(65.837)
Transferências para ativo indenizável	(133.473)	-	(133.473)
Reclassificações do ativo imobilizado	667	-	667
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>1.445.785</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.349.511</b>

### 12.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O ativo financeiro indenizável é mensurado pela base de remuneração regulatória ("BRR"), considerando valor novo de reposição (VNR) estabelecido e homologado pelo órgão regulador ("ANEEL") no processo de Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente.

Entre os períodos de Revisão Tarifária a Companhia, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como fator de atualização da Base de Remuneração.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.939.453</b>
Transferências do ativo contratual	126.876
Atualização do ativo financeiro da concessão	115.550
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>5.181.879</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.113.012</b>
Transferências do ativo contratual	133.473
Atualização do ativo financeiro da concessão	93.261
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>6.339.746</b>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

### Notas Explicativas

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 12.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.03.2024			31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>				
Direito de uso da concessão	5.876.762	(3.759.883)	(203.489)	1.913.390
Software	649.386	(373.286)	-	276.100
Bens de renda	464	(360)	-	104
<b>Total</b>	<b>6.526.612</b>	<b>(4.133.529)</b>	<b>(203.489)</b>	<b>2.277.008</b>

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.316.436</b>	<b>(3.762.821)</b>	<b>(259.414)</b>	<b>2.294.201</b>
Baixas	(1.527)	1.512	-	(15)
Amortização	-	(134.343)	10.965	(123.378)
Transferência dos ativos contratuais	97.267	-	-	97.267
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>6.412.176</b>	<b>(3.895.652)</b>	<b>(248.449)</b>	<b>2.268.075</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.469.779</b>	<b>(3.977.987)</b>	<b>(214.784)</b>	<b>2.277.008</b>
Baixas	(9.004)	7.561	-	(1.443)
Amortização	-	(163.103)	11.295	(151.808)
Transferência dos ativos contratuais	65.837	-	-	65.837
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>6.526.612</b>	<b>(4.133.529)</b>	<b>(203.489)</b>	<b>2.189.593</b>

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Imobilizado**

---

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado.

Redução ao valor recuperável: a Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**  
 31 de março de 2024  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Reclassificação para ativo de contrato	31.03.2024
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4.906	-	-	-	-	-	4.906
Máquinas e equipamentos	29.199	-	-	(15)	133	(667)	28.650
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	24.913	-	-	(15)	-	-	24.898
<b>Subtotal</b>	<b>59.878</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30)</b>	<b>133</b>	<b>(667)</b>	<b>59.314</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(754)	-	(39)	-	-	-	(793)
Máquinas e equipamentos	(23.448)	-	(170)	-	-	-	(23.618)
Veículos	(611)	-	(16)	-	-	-	(627)
Móveis e utensílios	(11.210)	-	(438)	15	-	-	(11.633)
<b>Subtotal</b>	<b>(36.023)</b>	<b>-</b>	<b>(663)</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36.671)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	14.631	3.730	-	15	-	-	18.376
Máquinas e equipamentos	8.491	336	-	-	-	-	8.827
Veículos	762	-	-	-	(67)	-	695
Móveis e utensílios	7.646	2.407	-	-	(66)	-	9.987
<b>Subtotal</b>	<b>31.530</b>	<b>6.473</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>(133)</b>	<b>-</b>	<b>37.885</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>55.385</b>	<b>6.473</b>	<b>(663)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(667)</b>	<b>60.528</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>							
Terrenos	854	-	(399)	-	-	-	455
Imóveis	26.586	-	(1.478)	-	-	-	25.108
Veículos e outros meios de transporte	5.393	-	(507)	-	-	-	4.886
<b>Subtotal</b>	<b>32.833</b>	<b>-</b>	<b>(2.384)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.449</b>
<b>Total</b>	<b>88.218</b>	<b>6.473</b>	<b>(3.047)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(667)</b>	<b>90.977</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.03.2023
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	5.134	-	-	-	-	5.134
Máquinas e equipamentos	41.481	-	-	(1.490)	-	39.991
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	22.636	-	-	-	744	23.380
<b>Subtotal</b>	<b>70.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.490)</b>	<b>744</b>	<b>69.365</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(759)	-	(40)	-	-	(799)
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(351)	1.490	-	(35.860)
Veículos	(546)	-	(16)	-	-	(562)
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(363)	-	-	(9.943)
<b>Subtotal</b>	<b>(47.884)</b>	<b>-</b>	<b>(770)</b>	<b>1.490</b>	<b>-</b>	<b>(47.164)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	572	3.606	-	-	-	4.178
Máquinas e equipamentos	2.792	105	-	-	-	2.897
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	5.442	1.716	-	-	(744)	6.414
<b>Subtotal</b>	<b>9.568</b>	<b>5.427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(744)</b>	<b>14.251</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>31.795</b>	<b>5.427</b>	<b>(770)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.452</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>						
Terrenos	184	-	(99)	-	-	85
Imóveis	29.396	-	(1.288)	-	-	28.108
Veículos e outros meios de transporte	5.967	-	(3.394)	-	-	2.573
<b>Subtotal</b>	<b>35.547</b>	<b>-</b>	<b>(4.781)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.766</b>
<b>Total</b>	<b>67.342</b>	<b>5.427</b>	<b>(5.551)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67.218</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,92
Imóveis	3,58
Veículos	2,08

### 14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 29.

	31.03.2024	31.12.2023
Compra de Energia	286.449	443.410
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 28)	7.606	3.318
Encargo de Uso da Rede	102.972	106.299
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 28)	37	-
<b>Total energia</b>	<b>397.064</b>	<b>553.027</b>
Materiais e serviços	525.136	527.154
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 28)	202.155	188.209
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.124.355</b>	<b>1.268.390</b>

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de março de 2024, o montante destas operações é de R\$ 97.843 (R\$ 79.543 em 31 de dezembro de 2023).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024

31 de março de 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado (nota explicativa nº 29).

#### 15.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.03.2024							31.12.2023						
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	
<b>Moeda estrangeira:</b>														
BNP 4131 II - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	635	113.666	114.301	-	-	-	114.301
Sumitomo 4131 - COELCE	2.458	249.280	251.738	-	-	-	251.738	1.086	242.065	243.151	-	-	-	243.151
Citibank 4131 - COELCE	491	274.208	274.699	-	-	-	274.699	5.330	-	5.330	266.271	-	-	271.601
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	202	-	202	222.080	1.015	223.095	223.297	3.167	-	3.167	215.652	3.357	-	219.009
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	2.409	-	2.409	121.486	(187)	121.299	123.708	714	-	714	117.970	622	-	118.592
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira</b>	<b>5.560</b>	<b>523.488</b>	<b>529.048</b>	<b>343.566</b>	<b>828</b>	<b>344.394</b>	<b>873.442</b>	<b>10.932</b>	<b>355.731</b>	<b>366.663</b>	<b>599.893</b>	<b>3.979</b>	<b>603.872</b>	<b>970.535</b>
<b>Moeda nacional:</b>														
<b>Empréstimos e financiamentos</b>														
FINEP	1	45	46	218	-	218	264	1	45	46	229	-	229	275
BNB II	174	43.264	43.438	152.916	-	152.916	196.354	184	42.940	43.124	164.699	-	164.699	207.823
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>175</b>	<b>43.309</b>	<b>43.484</b>	<b>153.134</b>	<b>-</b>	<b>153.134</b>	<b>196.618</b>	<b>185</b>	<b>42.985</b>	<b>43.170</b>	<b>164.928</b>	<b>-</b>	<b>164.928</b>	<b>208.098</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>														
Enel Finance International N.V.	4.827	500.000	504.827	-	-	-	504.827	23.574	-	23.574	500.000	-	-	500.000
Mútuos Enel BR	45.074	924.990	970.064	-	-	-	970.064	28.045	382.926	410.971	-	-	-	410.971
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>49.901</b>	<b>1.424.990</b>	<b>1.474.891</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.474.891</b>	<b>51.619</b>	<b>382.926</b>	<b>434.545</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>	<b>934.545</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>55.636</b>	<b>1.991.787</b>	<b>2.047.423</b>	<b>496.700</b>	<b>828</b>	<b>497.528</b>	<b>2.544.951</b>	<b>62.736</b>	<b>781.642</b>	<b>844.378</b>	<b>1.264.821</b>	<b>3.979</b>	<b>1.268.800</b>	<b>2.113.178</b>

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

#### 15.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/2024	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/2024	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/2024	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.175	25/01/2024	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	151.132	14/03/2024	12/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	20.151	15/03/2024	13/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	141.057	20/03/2024	18/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	25.189	22/03/2024	20/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	20.151	28/03/2024	26/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**  
 31 de março de 2024  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	40.225	17/11/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,4% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XX	60.328	21/11/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,4% a.a.	Capital de giro	N/A

## c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no período findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2024		31.12.2023	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda Nacional</b>				
CDI	1.474.891	57,95%	934.545	44,22%
TJLP	-	0,00%	275	0,01%
Taxa fixa	599.007	23,54%	698.933	33,07%
IPCA	196.354	7,72%	207.823	9,83%
<b>Moeda Estrangeira</b>				
USD SOFR	274.699	10,79%	271.602	12,85%
<b>Total</b>	<b>2.544.951</b>	<b>100%</b>	<b>2.113.178</b>	<b>100%</b>

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a

### 15.4. Em 31 de março de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

31.03.2024					
2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
158.715	271.719	49.639	16.577	878	497.528

### 15.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.03.2024
	%
<b>Moeda Nacional</b>	
CDI *	10,65
TJLP	6,53
SELIC *	11,65
IPCA *	4,50
<b>Moeda Estrangeira</b>	
USD SOFR *	5,34

(\*) índice do último dia do período

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>223.966</b>	<b>712.228</b>	<b>905.165</b>	<b>1.054.161</b>	<b>2.895.520</b>
Captações	101.162	-	508.182	-	609.344
Encargos provisionados	23.980	-	16.467	-	40.447
Encargos pagos	(43.234)	-	(23.824)	-	(67.058)
Variação monetária e cambial	-	4.120	(13.156)	(16.273)	(25.309)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(6.895)	(6.895)
Transferências	15.859	(15.859)	122.637	(122.637)	-
Amortizações	(167.364)	-	(908.901)	-	(1.076.265)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>154.369</b>	<b>700.489</b>	<b>606.570</b>	<b>908.356</b>	<b>2.369.784</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>477.715</b>	<b>664.928</b>	<b>366.663</b>	<b>603.872</b>	<b>2.113.178</b>
Captações	542.064	-	-	-	542.064
Encargos provisionados	35.468	-	11.691	-	47.159
Encargos pagos	(37.197)	-	(17.446)	-	(54.643)
Variação monetária e cambial	-	2.754	18.781	10.084	31.619
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(3.150)	(3.150)
Transferências	514.548	(514.548)	266.412	(266.412)	-
Amortizações	(14.223)	-	(117.053)	-	(131.276)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>1.518.375</b>	<b>153.134</b>	<b>529.048</b>	<b>344.394</b>	<b>2.544.951</b>

### 15.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
Scotiabank, Sumitomo, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

#### **SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131**

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (Últimos 12 meses).

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**  
 31 de março de 2024  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 16. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado – (nota explicativa nº 29.2).

### 16.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.03.2024						31.12.2023							
	Circulante			Não circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	
2ª Série 5ª emissão	1.719	105.326	107.045	-	-	-	<b>107.045</b>	215	103.195	103.410	-	-	-	<b>103.410</b>
2ª Série 6ª emissão	6.283	186.544	192.827	186.544	-	186.544	<b>379.371</b>	786	182.770	183.556	182.770	-	182.770	<b>366.326</b>
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	13.855	393.728	407.583	-	-	-	<b>407.583</b>
1ª Série 8ª emissão	14.210	-	14.210	645.702	58.947	704.649	<b>718.859</b>	4.557	-	4.557	632.641	85.094	717.735	<b>722.292</b>
1ª Série 9ª emissão	25.020	-	25.020	950.000	-	950.000	<b>975.020</b>	62.349	-	62.349	950.000	-	950.000	<b>1.012.349</b>
1ª Série 10ª emissão	23.167	500.000	523.167	-	-	-	<b>523.167</b>	7.771	500.000	507.771	-	-	-	<b>507.771</b>
1ª Série 11ª emissão	20.045	650.000	670.045	-	-	-	<b>670.045</b>	327	650.000	650.327	-	-	-	<b>650.327</b>
(-) Custo de transação	-	(4.311)	(4.311)	(18.774)	-	(18.774)	<b>(23.085)</b>	-	(7.930)	(7.930)	(19.825)	-	(19.825)	<b>(27.755)</b>
Total de debêntures	<b>90.444</b>	<b>1.437.559</b>	<b>1.528.003</b>	<b>1.763.472</b>	<b>58.947</b>	<b>1.822.419</b>	<b>3.350.422</b>	<b>89.860</b>	<b>1.821.763</b>	<b>1.911.623</b>	<b>1.745.586</b>	<b>85.094</b>	<b>1.830.680</b>	<b>3.742.303</b>

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

### 16.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

#### a) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento	Pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	Semestral	CDI + 1,48% a.a.	Bullet	950	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 10ª emissão	500.000	19/05/2023	15/05/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	500	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
1ª Série 11ª emissão	650.000	30/06/2023	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	650	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora

#### b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e liquidadas no período findo em 31 de março de 2024:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**  
**31 de março de 2024**



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	31.03.2024		31.12.2023	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda Nacional</b>				
CDI	2.163.589	57%	2.162.356	57%
IPCA	1.186.833	43%	1.579.947	43%
<b>Total</b>	<b>3.350.422</b>	<b>100%</b>	<b>3.742.303</b>	<b>100%</b>

**16.4. Em 31 de março de 2024, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:**

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
2ª Série 6ª emissão	186.544	-	-	-	-	186.544
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	-	704.649	704.649
1ª Série 9ª emissão	-	950.000	-	-	-	950.000
(-) Custo de transação	(3.750)	(2.504)	(2.311)	(2.311)	(7.898)	(18.774)
<b>Total a amortizar</b>	<b>182.794</b>	<b>947.496</b>	<b>(2.311)</b>	<b>(2.311)</b>	<b>696.751</b>	<b>1.822.419</b>

**16.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:**

Indexador	31.03.2024
	%
<b>Moeda Nacional</b>	
CDI *	10,65
IPCA *	4,50
SELIC *	11,65

(\*) índice do último dia do período

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### 16.6. Movimentações das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>337.413</b>	<b>1.426.179</b>	<b>1.763.592</b>
Captações	-	950.000	950.000
Atualização monetária	-	34.530	34.530
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Transferências	59.002	-	59.002
Encargos provisionados	(29.071)	-	(29.071)
Encargos pagos	-	5.647	5.647
Marcação a Mercado Dívida	385.721	(385.721)	-
Constituição custo de transação	-	(3.156)	(3.156)
Apropriação custo de transação	1.398	-	1.398
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>579.463</b>	<b>2.027.479</b>	<b>2.606.942</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.911.623</b>	<b>1.830.680</b>	<b>3.742.303</b>
Atualização monetária	8.768	20.608	29.376
Amortizações	(400.366)	-	(400.366)
Encargos provisionados	84.322	-	84.322
Encargos pagos	(83.738)	-	(83.738)
Marcação a Mercado Dívida	-	(26.146)	(26.146)
Transferências	2.723	(2.723)	-
Apropriação custo de transação	4.671	-	4.671
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>1.528.003</b>	<b>1.822.419</b>	<b>3.350.422</b>

#### 17. Outras obrigações fiscais

	31.03.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Obrigações fiscais federais</b>						
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	25.331	-	25.331	29.637	-	29.637
Programa de integração social - PIS	5.484	-	5.484	6.397	-	6.397
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	4.902	-	4.902	7.297	-	7.297
Outros tributos e contribuições	-	-	-	534	-	534
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>35.717</b>	<b>-</b>	<b>35.717</b>	<b>43.865</b>	<b>-</b>	<b>43.865</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	138.763	1.193	139.956	145.913	1.349	147.262
Refis Parcelamento ICMS	581	-	581	581	-	581
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>139.344</b>	<b>1.193</b>	<b>140.537</b>	<b>146.494</b>	<b>1.349</b>	<b>147.843</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>						
Imposto sobre serviços - ISS	3.703	-	3.703	3.782	-	3.782
Outros tributos e contribuições	7	-	7	23	-	23
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>3.710</b>	<b>-</b>	<b>3.710</b>	<b>3.805</b>	<b>-</b>	<b>3.805</b>
<b>Total outros tributos a pagar</b>	<b>178.771</b>	<b>1.193</b>	<b>179.964</b>	<b>194.164</b>	<b>1.349</b>	<b>195.513</b>

- (a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de março de 2024 de R\$ 138.763 (R\$ 145.913 em 31 de dezembro de 2023), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

#### 18. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº24. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.03.2024	31.12.2023
Conta de desenvolvimento energético – CDE	27.381	27.381
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	919	1.252
Pesquisa e desenvolvimento	69.018	65.865
Ministério de Minas e Energia	1.072	1.724
Programa de Eficiência Energética	47.686	44.499
Taxa de fiscalização - TFSEE	875	875
<b>Total</b>	<b>146.951</b>	<b>141.596</b>
<b>Circulante</b>	<b>80.396</b>	<b>84.296</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>66.555</b>	<b>57.300</b>

#### 19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 15 de março de 2024, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no processo sem limitação de tempo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de dezembro foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (Medida Provisória 1202/23 e Portaria Normativa MF 14/24). Até 31 de março de 2024, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 1.298.595 (R\$ 1.225.760 em 31 de dezembro de 2023).

#### Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, a partir dos processos tarifários de 2022, já contemplam a devolução parcial de tais valores. Para o período findo em 31 de março de 2024, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 604.614 (R\$ 454.834 em 31 de dezembro de 2023).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.03.2024	31.12.2023
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	333.640	396.206
<b>Total do Ativo</b>	<b>333.640</b>	<b>396.206</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	200.429	350.209
Passivo não circulante	67.928	60.759
<b>Total do Passivo</b>	<b>268.357</b>	<b>410.968</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>783.680</b>	<b>808.397</b>
Atualizações	15.206	14.902
Compensações	(173.203)	-
Devolução aos consumidores	-	(21.064)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>625.683</b>	<b>802.235</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>396.206</b>	<b>410.968</b>
Atualizações	7.315	7.169
Compensações	(72.835)	-
Reclassificação (a)	2.954	-
Devolução aos consumidores	-	(149.780)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>333.640</b>	<b>268.357</b>

- (a) A Companhia realizou os procedimentos de retificação das obrigações acessórias fiscais para aproveitamento dos créditos tributários, com isso, reclassificou o montante de R\$ 2.954 de PIS e COFINS a recuperar corrente para PIS e COFINS a recuperar – exclusão ICMS.

## 20. Obrigações com benefício pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), que são administrados pela Fundação Coelce de Seguridade Social FAELCE, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O Plano BD, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O Plano CD, estruturado na modalidade de contribuição definida, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, Assistência Médica e FGTS), nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, segue representada a seguir:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	<b>66.799</b>	<b>23.591</b>	<b>90.390</b>
Custo do serviço corrente	7	(30)	51	260	288
Custo dos juros líquidos	(3)	(2)	1.649	489	2.133
Contribuições reais do empregador	-	(6)	(1.697)	(113)	(1.816)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>4</b>	<b>(38)</b>	<b>66.802</b>	<b>24.227</b>	<b>90.995</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	<b>90.080</b>	<b>20.942</b>	<b>111.022</b>
Custo do serviço corrente	22	(30)	46	273	311
Custo dos juros líquidos	(2)	(3)	2.182	434	2.611
Contribuições reais do empregador	(4)	-	(1.827)	(57)	(1.888)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>16</b>	<b>(33)</b>	<b>90.481</b>	<b>21.592</b>	<b>112.056</b>
				<b>Circulante</b>	<b>879</b>
				<b>Não Circulante</b>	<b>111.177</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Despesas reconhecidas nos resultados dos períodos:

	31.03.2024	31.03.2023
Custo do serviço corrente	311	288
Custos dos juros	2.611	2.133
<b>Total de despesas</b>	<b>2.922</b>	<b>2.421</b>

O custo do serviço corrente são reconhecidos como custos e despesas com pessoal. O custo dos juros líquidos, são registrados no resultado financeiro.

### 21. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

#### Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações intermediárias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

#### 21.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2024
Trabalhistas (a)	45.095	6.824	(1.885)	1.681	(895)	50.820
Cíveis (b)	168.732	16.562	(6.975)	7.982	(9.582)	176.719
Regulatório (c)	35.038	-	-	516	(273)	35.281
<b>Sub-total</b>	<b>248.865</b>	<b>23.386</b>	<b>(8.860)</b>	<b>10.179</b>	<b>(10.750)</b>	<b>262.820</b>
Outros Provisões (d)	1.116	-	-	-	-	1.116
<b>Total</b>	<b>249.981</b>	<b>23.386</b>	<b>(8.860)</b>	<b>10.179</b>	<b>(10.750)</b>	<b>263.936</b>

	31.12.2022	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2023
Trabalhistas (a)	47.144	1.963	(1.695)	807	(884)	47.335
Cíveis (b)	149.139	15.702	(6.384)	11.821	(6.185)	164.093
Fiscais	233	-	-	1	(234)	0
Regulatório (c)	33.542	-	-	651	(248)	33.945
<b>Sub-total</b>	<b>230.058</b>	<b>17.665</b>	<b>(8.079)</b>	<b>13.280</b>	<b>(7.551)</b>	<b>245.373</b>
Outros Provisões (d)	2.152	-	-	-	-	2.152
<b>Total</b>	<b>232.210</b>	<b>17.665</b>	<b>(8.079)</b>	<b>13.280</b>	<b>(7.551)</b>	<b>247.525</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Processos trabalhistas**

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

**b) Processos cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

**c) Processos regulatórios****Processos regulatórios em fase judicial:**

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2024 corresponde a R\$ 5.752, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 5.129 está classificado como possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2024 corresponde a R\$ 2.824.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2024 corresponde a R\$ 24.776. O processo está em discussão no âmbito judicial.

**Processos regulatórios em fase administrativa:**

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022,



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 31 de março de 2024 é de R\$ 1.929. Até março de 2024, a Companhia pagou R\$ 272 referentes às parcelas 14 a 16 do Auto de Infração, sendo R\$ 199 e R\$ 73 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 40 sobre o saldo do valor principal.

#### d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

#### 21.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.03.2024	31.12.2023
Trabalhistas (a)	157.690	154.318
Cíveis (b)	2.331.542	3.481.095
Fiscais (c)	1.471.522	1.302.731
Juizados especiais	19.685	17.698
Regulatórios	6.355	6.240
<b>Total</b>	<b>3.986.794</b>	<b>4.962.082</b>

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 21.2 das Informações Financeiras intermediárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 22 ações previdenciárias que totalizam R\$ 28.586 em 31 de março de 2024 (25 ações - R\$ 28.589 em 31 de dezembro de 2023).

#### b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias,



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

**b.1)** Reajuste tarifário 2022: Foram ajuizadas ações por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa, alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia. Em todas essas ações, a Companhia argumenta que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, o reajuste aplicado é legítimo. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em setembro de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Em janeiro de 2024 as ações movidas por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire e Adriano Alves Pessoa tiveram desfecho favorável à companhia, sendo extintas sem análise de mérito, e nas demais ainda se aguarda a prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

**b.2)** IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Em novembro de 2023 foi proferida sentença acatando parcialmente os pedidos iniciais para que seja impedida a inserção de perdas não-técnicas na tarifa, porém somente a partir do trânsito em julgado da decisão. Em janeiro de 2024 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, nos termos em que disposta (sem determinação de devolução de valores), o montante correspondente às perdas não-técnicas deverá ser excluído da tarifa nas futuras revisões tarifárias posteriores ao trânsito em julgado. Considerando o atual estágio do processo e o conteúdo da decisão, não é passível de se quantificar, no momento, os montantes relacionados ao caso. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

**b.3)** ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos da Companhia e também nos contratos do Rio de Janeiro (ENEL RJ) que teria resultado em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 e o processo já encerrou a fase postulatória. Iniciada a fase instrutória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização.

#### **c) Processos fiscais**

##### **c1). Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de alguns clientes de geração distribuída. Em fevereiro de 2024, a Companhia recebeu 9 novos autos sobre alguns dos temas supracitados no montante de R\$ 215.300. Os montantes envolvidos, em todos os casos, incluídos os novos, totalizam R\$ 1.212.049 em 31 de março de 2024 (R\$ 1.050.665 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia obteve êxito parcial em segunda instância administrativa em 4 autos relacionados ao item (iii) acima, com a redução de R\$ 67.800 nos respectivos débitos.

#### c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 63.287 e R\$ 5.594 em 31 de março de 2024 (R\$ 62.131 e R\$ 5.508 em 31 de dezembro de 2023).

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. O valor total atualizado desses autos, em 31 de março de 2024 é de R\$ 107.321 (R\$ 105.908 em 31 de dezembro de 2023).

#### c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 55.664 em 31 de março de 2024 (R\$ 55.199 em 31 de dezembro de 2023).

#### d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, sendo os principais: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

### 21.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no período findo em 31 de março de 2024 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica "Depósitos vinculados", e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
Trabalhistas	20.538	19.926
Cíveis	29.802	28.138
Fiscais	3.198	3.156
<b>Total</b>	<b>53.538</b>	<b>51.220</b>

### 22. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.282.347 em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2024	31.12.2023
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

#### b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

#### c) Composição acionária

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)	(I) + (II)				
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Outros	976.149	2,03%	13.694.386	48,47%	1.016	0,06%	13.695.402	45,97%	14.671.551	18,85%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

#### d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos períodos apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

#### e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

#### f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

#### g) Reserva especial de ágio

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, (nota explicativa nº 10).

#### h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2024	31.03.2023
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(5.567)	(16.228)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	1.893	5.518
<b>Total</b>	<b>(3.674)</b>	<b>(10.710)</b>

### 23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

	31.03.2024	31.03.2023
<b>Numerador (em R\$ mil)</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	78.458	48.846
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	46.115	28.711
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	2.505	1.560
	127.078	79.117
<b>Denominador (em unidades de ações)</b>		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299
<b>Percentual por ação</b>		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>		
Ação ordinária	1,6322	1,0162
Ação preferencial - Classe A	1,7301	1,0772
Ação preferencial - Classe B	1,7954	1,1178

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

## Notas Explicativas 2024

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 24. Receita Líquida

	31.03.2024			31.03.2023		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	3.601.729	1.485.373	509.741	3.404.239	1.281.929	437.014
Industrial	5.744	94.894	204.641	5.810	109.386	221.854
Comercial	183.045	361.239	422.043	182.062	355.089	389.253
Rural	418.720	281.718	200.165	533.009	287.119	188.760
Poder público	35.141	184.487	172.205	35.457	167.154	145.243
Iluminação pública	12.478	152.973	24.108	12.032	144.823	49.110
Serviço público	5.095	64.290	62.971	5.280	64.339	63.324
Suprimento e revenda	2	3.672	218	2	3.219	308
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.075.561)	-	-	(921.989)
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.261.954</b>	<b>2.628.646</b>	<b>520.531</b>	<b>4.177.891</b>	<b>2.413.058</b>	<b>572.877</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	526.513	-	-	447.732
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.075.561	-	-	921.989
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	-	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(16.743)	-	-	(12.995)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)	-	-	-	-	-	-
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>4.261.954</b>	<b>2.628.646</b>	<b>2.105.862</b>	<b>4.177.891</b>	<b>2.413.058</b>	<b>1.929.603</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(110.764)	-	-	142.820
Subvenção baixa renda	-	-	127.708	-	-	91.442
Subvenção de recursos da CDE	-	-	92.945	-	-	70.198
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.040	758.531	137.545	757	674.235	122.242
Receita de construção	-	-	275.489	-	-	433.319
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	93.261	-	-	115.550
Outras receitas	-	-	43.929	-	-	55.118
<b>Total outras receitas</b>	<b>1.040</b>	<b>758.531</b>	<b>660.113</b>	<b>757</b>	<b>674.235</b>	<b>1.030.689</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.262.994</b>	<b>3.387.177</b>	<b>2.765.975</b>	<b>4.178.648</b>	<b>3.087.293</b>	<b>2.960.292</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(425.642)	-	-	(371.466)
COFINS - corrente	-	-	(153.355)	-	-	(158.097)
PIS - corrente	-	-	(33.294)	-	-	(34.324)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(15.426)	-	-	(16.566)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(199.693)	-	-	(146.766)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	109	-	-	310
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.624)	-	-	(2.691)
ISS	-	-	(1.770)	-	-	(1.685)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(831.695)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(731.285)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.262.994</b>	<b>3.387.177</b>	<b>1.934.280</b>	<b>4.178.648</b>	<b>3.087.293</b>	<b>2.229.007</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	31.03.2024					31.03.2023						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(41.721)	-	11.946	-	-	(29.775)	(26.918)	-	(14.494)	-	-	(41.412)
Material	(12.316)	-	(675)	-	-	(12.991)	(22.573)	-	(244)	-	-	(22.817)
Serviços de terceiros	(151.812)	(3.191)	(16.983)	-	-	(171.986)	(174.551)	(1.364)	(6.877)	-	-	(182.792)
Energia elétrica comprada para revenda	(616.754)	-	-	-	-	(616.754)	(820.737)	-	-	-	-	(820.737)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(224.895)	-	-	-	-	(224.895)	(207.984)	-	-	-	-	(207.984)
Depreciação e amortização	(143.595)	-	(3.047)	-	-	(146.642)	(115.422)	-	(5.551)	-	-	(120.973)
Custo na desativação de bens	(1.233)	-	-	-	-	(1.233)	(7.397)	-	-	-	-	(7.397)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(52.125)	-	(52.125)	-	-	-	(50.069)	-	(50.069)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(5.608)	-	(5.608)	-	-	-	(5.432)	-	(5.432)
Custo de construção	(275.489)	-	-	-	-	(275.489)	(433.319)	-	-	-	-	(433.319)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(13.036)	-	-	(13.036)	-	-	(8.578)	-	-	(8.578)
Outras despesas operacionais	(15.131)	-	(11.404)	-	(1.098)	(27.633)	(20.146)	-	(13.960)	-	(213)	(34.319)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	19.321	19.321	-	-	-	-	16.753	16.753
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	53	53	-	-	-	-	271	271
<b>Subtotal</b>	<b>(1.482.946)</b>	<b>(3.191)</b>	<b>(33.199)</b>	<b>(57.733)</b>	<b>18.276</b>	<b>(1.558.793)</b>	<b>(1.829.047)</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(49.704)</b>	<b>(55.501)</b>	<b>16.811</b>	<b>(1.918.805)</b>

### 25.1. Custo do serviço de energia elétrica

#### a) Energia elétrica comprada para revenda

##### Custo com energia elétrica comprada para revenda

	31.03.2024	31.03.2023
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(33.236)	(44.455)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(428.748)	(690.345)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(30.683)	(34.084)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(36.693)	(35.058)
Cotas de garantia física	(85.454)	(90.274)
Risco Hidrológico	2.628	3.052
Geração distribuída - GD *	(18.041)	-
Outros	(42.735)	(8.811)
(-) Crédito de PIS e COFINS	56.208	79.238
<b>Subtotal</b>	<b>(616.754)</b>	<b>(820.737)</b>

\* A Geração Distribuída – GD permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ (18.041).

#### b) Encargos do uso do sistema de transmissão

##### Encargo de uso do sistema de transmissão

	31.03.2024	31.03.2023
Rede básica	(156.893)	(137.092)
Encargos de conexão	(11.616)	(12.172)
(-) Crédito de PIS e COFINS	24.894	20.972
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(81.280)	(79.692)
<b>Total</b>	<b>(224.895)</b>	<b>(207.984)</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Resultado financeiro**

	31.03.2024	31.03.2023
<b><u>Receitas financeiras</u></b>		
Renda de aplicação financeira	2.620	12.974
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	14.371	17.295
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	26.154	43.288
Marcação a mercado da dívida	3.150	6.895
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	26.147	5.917
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	5.518	2.121
Juros fundo de pensão	4	5
Outras receitas financeiras	4.707	3.150
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.568)	(3.553)
<b>Subtotal</b>	<b>80.103</b>	<b>88.092</b>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>		
Variação monetária de dívidas	(2.753)	(4.120)
Variação monetária de debêntures	(29.376)	(34.530)
Encargos de dívidas	(47.159)	(40.447)
Juros debêntures	(84.322)	(59.001)
Encargos fundo de pensão	(2.615)	(2.138)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(27.499)	(40.987)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(10.179)	(13.280)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(25.490)	(5.774)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(19.899)	(46.021)
Dívida - Marcação a mercado	-	(5.647)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	5	28
Atualizações de impostos	(3.071)	(7.741)
Atualização P&D/PEE	(1.143)	(868)
IOF/IOC	(5.605)	(657)
Apropriação custo de transação	(4.671)	(1.399)
Comissão de fiança e seguro garantia	(1.331)	(854)
Juros em arrendamento	(1.301)	(1.267)
Outras despesas financeiras	(13.091)	(13.503)
<b>Subtotal</b>	<b>(279.500)</b>	<b>(278.206)</b>
<b><u>Variações cambiais líquidas</u></b>		
Variação cambial de dívidas	(28.865)	28.180
Variações cambiais de instrumentos financeiros	28.845	(29.074)
Variações cambiais de outras operações	17	869
<b>Subtotal</b>	<b>(3)</b>	<b>(25)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(199.400)</b>	<b>(190.139)</b>

**27. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### (a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2024		31.03.2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(23.305)	(8.637)	-	-
Diferidos	(21.001)	(7.316)	(30.108)	(10.838)
Incentivo fiscal	11.250	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(33.056)</b>	<b>(15.953)</b>	<b>(30.108)</b>	<b>(10.838)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>176.087</b>	<b>176.087</b>	<b>120.063</b>	<b>120.063</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	505	505	255	255
Doações	60	60	102	102
Perdão de Dívida Indedutível	(1)	(1)	-	-
Multas indedutíveis	596	596	-	-
Outras despesas indedutíveis	(34)	(34)	-	-
Juros sob capital Próprio (JSCP)	-	-	-	-
<b>Total das adições</b>	<b>1.126</b>	<b>1.126</b>	<b>357</b>	<b>357</b>
Base de cálculo	177.213	177.213	120.420	120.420
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(44.302)</b>	<b>(15.949)</b>	<b>(30.108)</b>	<b>(10.838)</b>
Incentivos fiscais	11.250	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	(4)	(4)	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(33.056)</b>	<b>(15.953)</b>	<b>(30.108)</b>	<b>(10.838)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>18,77%</b>	<b>9,06%</b>	<b>25,08%</b>	<b>9,03%</b>

#### (b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

#### (b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	141.918	155.507	(13.589)	140.824	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	89.359	84.614	4.745	5.207	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	73.484	69.145	4.339	(150.310)	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	67.699	67.699	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	14.896	12.755	2.141	(6.281)	(1.342)	5.518
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.556	1.442	114	186	-	-
Outras provisões	71.927	67.087	4.840	7.434	-	-
<b>Total dos diferidos ativos</b>	<b>462.644</b>	<b>460.054</b>	<b>2.590</b>	<b>(2.940)</b>	<b>(1.342)</b>	<b>5.518</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CI)	(1.347)	(1.354)	7	10	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(537.069)	(503.336)	(33.298)	(42.115)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	9.758	7.733	2.025	2.828	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(190)	(309)	119	1.271	-	-
<b>Total dos diferidos passivos</b>	<b>(528.848)</b>	<b>(497.266)</b>	<b>(31.147)</b>	<b>(38.006)</b>	-	-
<b>Ativo/Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(66.204)</b>	<b>(37.212)</b>				
			<b>(28.557)</b>	<b>(40.946)</b>	<b>(1.342)</b>	<b>5.518</b>
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-	-	-
<b>Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(28.557)</b>	<b>(40.946)</b>		

### (c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o período findo em 31 de março de 2024, a empresa reconheceu benefício fiscal de R\$ 11.250 (R\$ 15.212 reconhecido em 31 de dezembro de 2023).

## 28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

### 28.1. Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a março de 2025	(100.830)	(100.830)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(62.031)	(64.357)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2024	(93.296)	(93.296)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(189)	(484)	(238)	-
Mútuo	Vide Nota 15	(970.065)	(415.209)	(17.028)	(28.771)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(31.918)	(23.023)	-	-
		<b>(1.258.328)</b>	<b>(697.198)</b>	<b>(17.266)</b>	<b>(28.771)</b>

### 28.2. Empresas em controle comum

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

## Notas Explicativas 2024

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
<b>Benefícios pós-emprego</b>		<b>(111.177)</b>	<b>(110.146)</b>	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(111.177)	(110.146)	-	-
<b>Comissão</b>		-	-	-	<b>242</b>
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	-	-	242
<b>Prestação de serviços de desenvolvimento</b>		<b>176</b>	<b>(971)</b>	<b>465</b>	-
Gridspertise Latam S.A.	Novembro de 2018 a	-	(189)	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2023	176	(782)	465	-
<b>Multa contratual</b>		<b>(310)</b>	<b>(310)</b>	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(310)	(310)	-	-
<b>Suprimento de energia - CCEAR</b>		<b>(7.606)</b>	<b>(3.318)</b>	<b>(20.161)</b>	<b>(6.918)</b>
ENEL Green Power Projetos I S.A.		(893)	(885)	(2.636)	(2.521)
ENEL Green Power Parapanema		(105)	(104)	(307)	(300)
ENEL Green Power Mourão		(29)	(29)	(86)	(85)
EGP Santa Angela 04		(83)	(80)	(160)	(146)
EGP Santa Angela 19		(76)	(74)	(147)	(134)
EGP Santa Esperança 13		(57)	(56)	(104)	(9)
EGP Santa Angela 05		(88)	(85)	(170)	(155)
EGP Santa Angela 08		(80)	(78)	(155)	(141)
EGP Santa Angela 03		(87)	(84)	(167)	(153)
EGP Santa Angela 11		(71)	(69)	(138)	(126)
EGP Santa Angela 07		(64)	(62)	(123)	(113)
EGP Santa Angela 06		(89)	(86)	(171)	(157)
EGP Santa Angela 15		(84)	(81)	(161)	(147)
EGP Santa Angela 14		(75)	(73)	(145)	(133)
EGP Santa Angela 09		(78)	(76)	(152)	(138)
EGP Santa Angela 17	Até o final da concessão	(82)	(80)	(158)	(144)
EGP Santa Angela 21		(75)	(73)	(145)	(133)
EGP Santa Angela 1		(86)	(83)	(165)	(151)
EGP Santa Angela 2		(89)	(86)	(170)	(156)
EGP Santa Angela 10		(75)	(73)	(146)	(133)
EGP Santa Angela 20		(86)	(83)	(165)	(151)
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		(50)	(81)	(106)	(145)
EGP Santa Esperança 15		(56)	(54)	(103)	(97)
EGP Santa Esperança 17		(53)	(51)	(97)	(91)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(119)	(128)	(216)	(207)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(69)	(75)	(144)	(139)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(197)	(211)	(356)	(342)
ENEL Trading Brasil SA		(4.282)	-	(12.765)	-
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(170)	(153)	(313)	(296)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(158)	(165)	(290)	(275)
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão</b>		<b>37</b>	-	-	<b>(1.128)</b>
ENEL CIEN S.A.	Março de 2023	37	-	-	(1.128)
<b>Mútuo</b>		<b>(504.827)</b>	<b>(523.574)</b>	<b>(17.277)</b>	<b>(3.407)</b>
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(499.862)	(523.574)	(17.277)	(21.095)
ENEL Finance International N.V. II	março de 2021 a março de 2025	(4.965)	-	-	(1.127)
ENEL Finance International N.V. III	março de 2021 a março de 2025	-	-	-	18.815
<b>Reembolso expatriados</b>		<b>512</b>	<b>(1.168)</b>	<b>63</b>	<b>56</b>
ENEL SPA		1.099	882	103	34
Enel Colombia S.A. E.S.P		(78)	(78)	-	-
ENEL Itália		-	(96)	-	-
ENEL AMERICAS	Até o final da concessão	-	(1.088)	-	23
Enel Global Services S.r.l.		781	552	114	132
Enel Grids S.r.l.		(1.290)	(1.340)	(154)	(133)
<b>Venda de ativo imobilizado</b>		<b>(9.977)</b>	<b>(9.977)</b>	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2024	(9.977)	(9.977)	-	-
<b>Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM</b>		<b>(770)</b>	<b>(765)</b>	-	-
Enel Iberia SRL		(770)	(765)	-	-
<b>Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura</b>		<b>(8.064)</b>	<b>(8.051)</b>	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(5.557)	(5.544)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	819	819	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		<b>(642.006)</b>	<b>(658.280)</b>	<b>(36.910)</b>	<b>(11.155)</b>
	(-) Benefícios pós-emprego	111.177	110.146	-	-
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>(530.829)</b>	<b>(548.134)</b>	<b>(36.910)</b>	<b>(11.155)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### **Suprimento de energia – CCEAR**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

#### **Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

#### **Mútuo**

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da (nota explicativa nº 15).

#### **Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2024	31.03.2023
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.009	1.012
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	17	17
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	59	185
<b>Total</b>	<b>1.085</b>	<b>1.214</b>

## **29. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros**

### **Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### **29.1. Instrumentos financeiros**

##### **29.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Rúbrica	Categoria	Nível*	31.03.2024		31.12.2023		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	40.005	40.005	96.665	96.665	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	99.012	99.012	97.925	97.925	
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	20.222	20.222	19.715	19.715	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.082.444	2.082.444	2.070.244	2.070.244	
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	(107.572)	(107.572)	28.984	28.984	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	3.070	3.070	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	74.791	74.791	84.843	84.843	
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	6.339.746	6.339.746	6.113.012	6.113.012	
<b>Total do ativo</b>			<b>8.551.718</b>	<b>8.551.718</b>	<b>8.511.388</b>	<b>8.511.388</b>	
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.671.509	1.652.890	1.142.643	1.126.529	
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.631.563	2.654.648	3.020.011	3.047.766	
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	718.859	718.859	722.292	722.292	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	526.437	512.193	629.053	604.627	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	347.005	347.005	341.482	341.482	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	48.109	48.109	86.127	86.127	
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	41.560	41.560	44.040	44.040	
Arrendamentos	Custo amortizado	2	35.026	35.026	37.074	37.074	
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	243.288	243.288	109.098	109.098	
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.123.571	1.123.571	1.268.390	1.268.390	
<b>Total do passivo</b>			<b>7.386.927</b>	<b>7.377.150</b>	<b>7.400.210</b>	<b>7.387.425</b>	

\* Conforme detalhado na nota explicativa 23.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### **Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os contratos em aberto em 31 de março de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	JSD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000

A movimentação é como segue:

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(103.749)</b>
Efeito no resultado financeiro	(72.974)
Marcação a mercado no resultado	143
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(16.228)
Recebimento de principal	(21.214)
Pagamento de juros	80.710
Pagamento de principal	20.495
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>(112.817)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(45.324)</b>
Efeito no resultado financeiro	14.464
Marcação a mercado no resultado	(25.490)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	3.948
Pagamento de juros	22.647
Pagamento de principal	17.947
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>(11.808)</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de março de 2024 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Resultado financeiro
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(48.110)	(41.985)	(6.125)	-
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	3.070	2.512	558	-
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú I	21.067	11.315	-	9.751
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú II	15.800	8.487	-	7.313
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures BTG Pactual	26.215	14.191	-	12.023
Fixo (USD) x DI 23.09.22 Scotiabank V	(15.231)	(8.040)	-	(7.191)
Fixo (USD) x DI 21.11.22 Scotiabank VI	(14.619)	(11.795)	-	(2.825)
<b>Total</b>	<b>(11.808)</b>	<b>(25.315)</b>	<b>(5.567)</b>	<b>19.071</b>

**BNP II**

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2024.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(i) Hedge de fluxo de caixa**

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

**(ii) Hedge de valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir, posição em 31 de março de 2024:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
<b>Sumitomo</b>	USD + 2,1257%	251.738	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(246.564)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	294.674	Cashflow hedge
		<b>48.110</b>	
<b>Citibank</b>	USD SOFR + 0,9059%	274.699	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(274.195)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	271.125	Cashflow hedge
		<b>(3.070)</b>	
<b>8ª Debêntures</b>	IPCA + 6,2137%	718.859	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(225.630)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	204.563	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(169.222)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	153.422	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(273.980)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	247.765	Fair value hedge
		<b>(63.082)</b>	
<b>Scotiabank V</b>	USD + 5,45%	223.297	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(220.487)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	235.718	Fair value hedge
		<b>15.231</b>	
<b>Scotiabank V</b>	USD + 5,45%	123.709	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(122.152)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	136.771	Fair value hedge
		<b>14.619</b>	

**29.1.2. Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

**29.2. Gerenciamento de riscos**

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da  *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

#### a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela  *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

#### b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2024 é:

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	40.005	96.665
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	99.012	97.925
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.082.444	2.070.244
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	-	28.984
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	6.339.746	6.113.012
<b>Total de exposição</b>		<b>8.561.207</b>	<b>8.406.830</b>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

#### b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2024	31.12.2023
AAA	103.164	100.389
AA+	2.220	44.774
<b>Total geral</b>	<b>105.384</b>	<b>145.163</b>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis	31.03.2024	31.12.2023
AA-	2.082.444	2.070.244
<b>Total geral</b>	<b>2.082.444</b>	<b>2.070.244</b>

#### b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Notas Explicativas 31 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

### b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.03.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	2.544.951	2.113.178
Debentures (nota 16)	3.350.422	3.742.304
Instrumentos financeiros derivativos (nota 29)	11.808	45.324
<b>Dívida</b>	<b>5.907.181</b>	<b>5.900.806</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(40.005)	(96.665)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(99.012)	(97.925)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>5.768.164</b>	<b>5.706.216</b>
Patrimônio líquido (b) (nota 22)	4.320.831	4.191.147
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>57%</b>	<b>58%</b>

O índice de endividamento em 31 de março de 2024 é de 57% (58% em 31 de dezembro de 2023), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

### b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### 34 de março de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios, e possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, que totalizam valores até R\$ 2.150.000, conforme detalhado mais abaixo.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil, no montante de R\$ 970.064, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia não deve apresentar problema de liquidez para arcar com suas obrigações, seja com geração de caixa próprio ou com créditos obtidos junto a terceiros e/ou à sua Holding Enel Brasil. A Companhia apresenta baixo risco de crédito e conta com nota de crédito máxima emitida pela Fitch – AAA (bra).

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de março de 2024, o saldo de empréstimos com a EFI no passivo circulante era de R\$ 504.827, também com possibilidade de refinanciamento.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.712	3.389	267.823	369.016	-	642.940
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	3.913	7.839	328.952	157.594	39	498.337
Debêntures	-	1.438.144	244.682	1.424.370	780.905	3.888.101
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	995.051	563.506	-	-	1.558.557
<b>Total</b>	<b>6.625</b>	<b>2.444.423</b>	<b>1.404.963</b>	<b>1.950.980</b>	<b>780.944</b>	<b>6.587.935</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	14.206	19.456	77.889	129.096	(9.635)	231.012
<b>Total</b>	<b>14.206</b>	<b>19.456</b>	<b>77.889</b>	<b>129.096</b>	<b>(9.635)</b>	<b>231.012</b>

## b.4) Riscos de mercado

### b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2024	%	31.12.2023	%
Selic	103.164	0,17%	100.389	0,17%
CDI	2.220	99,83%	44.774	99,83%
<b>Total</b>	<b>105.384</b>	<b>100,00%</b>	<b>145.163</b>	<b>100,00%</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Financeiro Indenizável	31.03.2024	%	31.12.2023	%
IPCA	6.339.746	100,00%	6.113.012	100,00%
<b>Total</b>	<b>6.339.746</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.113.012</b>	<b>100,00%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.03.2024	%	31.12.2023	%
Taxa fixa	(13.544)	-0,23%	(12.567)	-0,21%
TJLP	264	0,00%	275	0,00%
CDI	5.187.161	87,81%	4.769.671	80,83%
IPCA	732.797	12,41%	1.141.356	19,34%
USD SOFR	503	0,01%	2.070	0,04%
<b>Total</b>	<b>5.907.181</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.900.805</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

**Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 31 de março de 2024 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2024		
		31.03.2024	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	100.389	-	-	-
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	44.774	601.520	451.140	2.203
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	6.113.012	363.134	272.351	181.567
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do CDI	1.544.040	153.489	186.130	218.105
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do IPCA	(668.832)	(72.737)	(80.596)	(88.371)
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Dólar	(589.204)	(35.105)	(145.332)	(236.927)
Instrumentos financeiros derivativos	Alta da USD SOFR	(274.195)	(19.185)	(23.351)	(27.516)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(23.084)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	598.744	35.605	147.505	240.489
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	264	19	23	27
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	3.643.122	218.932	257.894	301.494
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.401.629	141.461	157.566	173.499
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	274.698	19.185	23.351	27.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	-	-	-	-
			<b>1.406.318</b>	<b>1.246.681</b>	<b>792.086</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido nas notas explicativas nº. 15 e 16.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Sumitomo 4131 - COELCE	6.533	39.730	33.197	67.316	60.783
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(6.398)	(38.913)	(32.515)	(65.932)	(59.534)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	18.806	22.803	3.997	26.717	7.911
CITIBANK 4131 - COELCE	19.185	23.351	4.166	27.516	8.331
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(19.185)	(23.351)	(4.166)	(27.516)	(8.331)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	29.407	35.623	6.216	41.713	12.306
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	78.178	86.625	8.447	94.981	16.803
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(24.538)	(27.189)	(2.651)	(29.812)	(5.274)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	21.493	26.182	4.689	30.775	9.282
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(18.403)	(20.392)	(1.989)	(22.359)	(3.956)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	16.119	19.636	3.517	23.081	6.962
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(29.796)	(33.015)	(3.219)	(36.200)	(6.404)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	25.908	31.587	5.679	37.150	11.242
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	18.708	69.352	50.644	111.437	92.729
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(18.472)	(68.480)	(50.008)	(110.035)	(91.563)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	26.622	32.029	5.407	37.325	10.703
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	10.364	38.422	28.058	61.737	51.373
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(10.234)	(37.938)	(27.704)	(60.960)	(50.726)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	15.134	18.271	3.137	21.343	6.209
EFI II - Credit Agreement	-	-	-	-	-
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PA	-	-	-	-	-
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PP	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>159.431</b>	<b>194.333</b>	<b>34.902</b>	<b>228.277</b>	<b>68.846</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

**b.4.2) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de março de 2024, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2024.

31.03.2024

**Passivos em moeda estrangeira**

Empréstimos e financiamento	873.442
Exposição patrimonial	<b>873.442</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	<b>(953.277)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(79.835)</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### b.4.3) Risco de preço Regulação

#### Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

#### c) Outros riscos

##### c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

##### c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas  
31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

### 30. Compromissos

---

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.041.182 em 2024, R\$ 2.644.811 em 2025, R\$ 2.373.391 em 2026, R\$ 2.359.140 em 2027 e R\$ 2.332.085 em 2028 e R\$ 39.830.433 após 2028.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente em 31 de março de 2024, que foram homologados pela ANEEL.

### 31. Seguros

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2023	31/10/2024	7.541.148	5.330.451
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	-	100.860
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2023	10/11/2024	-	73.489
-	Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	N/A	106.609

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

**32. Informações complementares às informações financeiras dos fluxos de caixa**

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.03.2024	31.03.2023
Compensações de PIS e COFINS (nota 19)	(72.835)	(173.203)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2024	31.03.2023
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(138.381)	(96.101)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(5)	(28)
	<b>(138.386)</b>	<b>(96.129)</b>

**Conciliação das atividades de financiamento:**

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.03.2024	31/12/2023	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Captação de Debêntures	-	2.100.000	16	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	542.064	991.531	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(531.642)	(2.018.178)	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(2.034)	(11.583)		
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.647)	(220.172)	29	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamentos de dividendos	-	(173.659)		
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(14.259)</b>	<b>667.939</b>		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**33. Eventos Subsequentes****33.1 Mútuo Enel Brasil**

Com a necessidade de capital de giro, a Companhia captou 4 novos mútuos com a Enel Brasil, no montante total de R\$ 184.430, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantias
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/2024	09/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/2024	17/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/2024	22/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.219	25/01/2024	25/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A

**33.2 Reajuste tarifário anual 2024**

No dia 16 de abril de 2024 a diretoria da ANEEL, em reunião pública de sua aprovou o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 22 de abril de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.319/2024) um reajuste de -5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%.

O reajuste tarifário médio de -2,81% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -2,10% e -3,03% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste Tarifário 2024</b>	
Encargos Setoriais	2,18%
Energia Comprada	-8,27%
Encargos de Transmissão	0,67%
<b>Parcela A</b>	<b>-5,42%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>-2,41%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>-7,83%</b>
CVA Total	1,76%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,31%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>2,07%</b>
<b>Índice de reajuste Total</b>	<b>-5,76%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,95%
<b>Efeito Para o Consumidor</b>	<b>-2,81%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

**Parcela A**

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -8,64%, representando -5,42% no reajuste econômico.

**Parcela B**

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -6,47%, representando uma participação de -2,41% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de -4,26% no período de 12 meses findos em março de 2024; e
- Fator X de +2,209%, composto por:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Notas Explicativas**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,031%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%.

**Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 175 milhões, dentre os quais destacam-se: R\$ 148 milhões positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”) e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 178 milhões; sendo estes valores parcialmente compensados pela reversão do risco hidrológico negativo em R\$ 196 milhões e neutralidade dos encargos setoriais negativos de R\$ 40 milhões.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - COELCE Fortaleza – CE

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de 31 de março de 2024.

Fortaleza, 29 de abril de 2024.

Diretor-Presidente - José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Compras - VAGO

Diretor de Comunicação - Damian Popolo

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles d' Capdeville

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Regulação - VAGO

Diretor de Relações Institucionais - Damian Popolo

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de 31 de março de 2024.

Fortaleza, 29 de abril de 2024.

Diretor-Presidente - José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Compras - VAGO

Diretor de Comunicação - Damian Popolo

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles d' Capdeville

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Regulação - VAGO

Diretor de Relações Institucionais - Damian Popolo

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello